



Instituto Politécnico de Tomar

Escola Superior de Gestão de Tomar

Dina Sandra Godinho Ferreira Antunes

O Efeito Socioeconómico das Insolvências nas Famílias

Dissertação de Mestrado

Orientado por:

Mestre Paula Almeida

Mestre Paulo Bragança

Docentes do Instituto Politécnico de Tomar

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Tomar para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Auditoria e Análise Financeira

Dedico este trabalho ...

Ao meu filho

RESUMO

O panorama atual da economia portuguesa reveste-se de graves dificuldades por parte das empresas, e esta realidade conduz-nos para a instabilidade e insegurança com que vivem todos aqueles que, de uma forma ou de outra, são influenciados por estes eventos.

É recorrente assistirmos, nos dias de hoje, à menção da palavra “Insolvência”, sem que tenhamos totalmente a noção do que ela representa, seja a nível das sociedades, seja no que diz respeito aos particulares.

A investigação desta Dissertação assenta neste ponto, dado que permitirá averiguar até que ponto os particulares têm a exata noção do mecanismo de insolvência e das consequências que advém desse processo.

A estrutura base desta Dissertação assenta em duas partes fundamentais para o objetivo da investigação: a componente empírica que se focaliza nos preceitos legais existentes sobre o processo de insolvência, e a componente prática que revela os resultados obtidos pela metodologia de investigação utilizada, além de encerrar as conclusões mais pertinentes que decorrem desses mesmos resultados.

Assim, em primeiro lugar introduz-se o tema abordado, em que se refere o propósito e metodologia de investigação, e se mencionam os contributos do estudo efetuado.

Após isto, apresenta-se uma revisão de literatura, na qual se desenvolvem conceitos importantes sobre a insolvência e outros complementares, que são relevantes para a investigação realizada, e para a compreensão dos resultados e das suas conclusões.

No corpo do trabalho, será feita uma análise prática aos resultados obtidos decorrentes da investigação efetuada, e da metodologia utilizada através de inquéritos.

Nesta fase, importa identificar ainda os principais indicadores que influenciam o processo de insolvência, e qual o impacto dos mesmos nas famílias e particulares envolvidos.

Por fim, de referir, numa fase final, a elaboração das principais conclusões do estudo efetuado, e os contributos essenciais que a investigação proporciona aos interessados e público que se identifica como o foco deste trabalho.

Palavras-Chave: Insolvência, Pessoas Singulares, Endividamento

ABSTRACT

The general landscape of the actual portuguese economy is characterized by serious difficulties, specially for the enterprises. This notion bring us to realize the impact of this statement to the population that depends, a great deal, of the outcome and financial health of this institutions, as they are responsible for the security and stability of their lifes.

It has been consistent the mention of the word “Insolvency” without this meaning that it’s understood the true scope of the process, whether it is used by companies or privates.

The research behind this dissertation is based on this point, given the fact that it will enable to ascertain the accuracy of the knowledge privates have of the mechanism of Insolvency, and the consequences of this process.

Going on about the structure of this thesis, it involves two main components, crucial to the purpose of the research: the theoretical part, that focuses on the legal matters included in the Insolvency process, and the pratical part, that will reveal the output obtained from the investigation method applied, and will also present the most significant findings of this study.

So, firstly, it is introduced the theme chosen, in which is mentioned the purpose and methodology of the research, and the enhancements given by this work.

After this, it is presented a literature review, which develops substantial concepts about Insolvency and related subjects, that constitute an important part to understand the results and to grasp the main conclusions.

In the main chapter of this thesis, it will be developed an analysis of the findings, gathered through the use of surveys.

At this point, it is decisive to identify the main indicators that influence the Insolvency process, and what impact these have on families and individuals.

At last, it is necessary to deploy the main findings of this study, and its contributions to the development of the subject, mostly with focus on the public to whom the addressed theme concerns and interests.

Keywords:Insolvency, Individuals, indebtedness

AGRADECIMENTOS

Uma vez aqui, cumpre-me gentilmente agradecer a todos aqueles que me permitiram chegar ao fim deste longo percurso, contribuindo para o meu desenvolvimento pessoal e profissional e conquistando a minha eterna admiração.

Aos meus orientadores, Mestre Paula Almeida e Mestre Paulo Bragança, pelo acompanhamento e disponibilidade prestada.

À Escola Superior de Gestão de Tomar e a todos os docentes que me acompanharam neste meu percurso de cinco anos, pela disponibilidade, compreensão e transmissão de conhecimentos, contribuindo assim, para o meu desenvolvimento profissional.

Aos meus amigos, que sempre me incentivaram e ajudaram, por todo o apoio prestado, transmitindo-me as forças que me faltavam.

Um especial agradecimento aos meus pais, por todo o seu apoio neste meu regresso à vida académica e a quem devo tudo o que sou.

Aos meus irmãos e sobrinhos, que além do agradecimento pelo apoio devo fazer um pedido de desculpas por tantas ausências.

A toda a minha família que sempre acreditou em mim, me apoiou e me deu força para continuar.

Ao meu marido, pelo seu apoio, força e paciência, naqueles momentos difíceis.

À Cristina, pela ajuda, companheirismo, cumplicidade, por toda a paciência e incentivo, por não me ter deixado desistir e por toda a sua amizade.

À Catarina e à Raquel, por toda a ajuda prestada, pelo carinho, pela motivação, pela força, por não me deixarem desistir, fazendo-me acreditar em mim, muitas vezes com um simples abraço.

Aos meus colegas de mestrado, especialmente ao Pedro, ao Paulo e à Ana que sempre me apoiaram e ajudaram nas alturas em que mais precisei, dando-me força e alento para continuar.

Por último, à pessoa mais importante da minha vida, ao meu filho, foi por ele e para ele este esforço. Mais do que agradecer, deixo-lhe aqui um pedido de desculpas, pelas constantes ausências, apesar de sempre me ter demonstrado a sua compreensão.

A todos o meu muito obrigado!

Índice

Índice de Gráficos	XV
Índice de Tabelas	XVII
Lista de Abreviaturas e Siglas	XIX
Apresentação	1
Parte I - Introdução	3
1.1 Introdução ao Tema	3
1.2 Propósito da Investigação	4
1.3 Metodologia da Investigação	4
1.4 Contributos do Estudo	5
Parte II - Revisão de Literatura.....	7
2.1 Evolução Histórica	7
2.2 Enquadramento do Tema	13
2.2.1 Insolvência.....	13
2.2.2 Processo de Insolvência Pessoal	15
2.2.3 O Processo Especial de Revitalização e a sua Aplicação a Pessoas Singulares ..	16
2.2.4 Efeitos da Declaração de Insolvência.....	18
2.2.5 Consequências da Insolvência	19
2.2.6 Alternativas ao Processo de Insolvência	23
2.3 Formas de Recuperação Consagradas no CIRE	23
2.3.1 O Plano de Insolvência.....	24
2.3.2 A Exoneração do Passivo Restante	25
2.3.3 O Plano de Pagamentos aos Credores	26
2.4 Análise Crítica do CIRE	28
2.4.1 Credores e Devedores.....	28
2.4.2 Processo Especial de Revitalização	29
2.4.3 Dívidas ao Estado no Processo de Insolvência	29
2.4.4 Pagamento de Custas.....	31
Parte III – Análise Prática	33

3.1 Análise dos Resultados do Questionário	33
3.1.1 Dados dos Inquiridos	33
3.1.2 Análise de Conhecimentos	40
3.2 Análise Fatorial em Componentes Principais (AFCP).....	59
Parte IV – Análise aos Efeitos Socioeconómicos da Declaração de Insolvência	67
Parte V – Limitações do Trabalho e Pistas de Desenvolvimento Futuro	73
Conclusão.....	75
Referências Bibliográficas	79
Anexos	83
Anexo 1 – Questionário da Parte Prática	85

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Género dos inquiridos.....	34
Gráfico 2 – Idades dos inquiridos	35
Gráfico 3 – Formação académica dos inquiridos.....	37
Gráfico 4 – Situação profissional dos inquiridos.....	38
Gráfico 5 – Questão sobre o endividamento das famílias	41
Gráfico 6 – Questão sobre o reconhecimento do tema	41
Gráfico 7 – Perceção do processo de insolvência por parte dos inquiridos	42
Gráfico 8 – Decisão por parte dos inquiridos do recurso ao processo de insolvência	43
Gráfico 9 – Percentagem dos inquiridos em situação de insolvência	44
Gráfico 10 – Conhecimento dos inquiridos de situações de insolvência por parte de terceiros	45
Gráfico 11 – Percentagem de inquiridos que conhecem o termo “Insolvência Pessoal”	46
Gráfico 12 – Perceção por parte dos inquiridos da situação de insolvência	47
Gráfico 13 – Conhecimento da obrigatoriedade da declaração de insolvência, numa situação de incumprimento.....	48
Gráfico 14 – Conhecimento da possibilidade da desistência do pedido de insolvência após a sua apresentação.....	49
Gráfico 15 – Perceção do risco de indemnização a credores em situações fraudulentas	51
Gráfico 16 – Perceção de idoneidade após a declaração de insolvência.....	52
Gráfico 17 – Verificação do conhecimento de uma das restrições após a declaração de insolvência.....	53
Gráfico 18 – Conhecimento da possibilidade de integração de insolventes na “lista negra” do Banco de Portugal	54
Gráfico 19 – Conhecimento de restrições bancárias a pessoas insolventes	55
Gráfico 20 – Perceção do não desaparecimento das dívidas ao Estado após um processo de insolvência.....	56
Gráfico 21 – Opinião sobre a informação divulgada pelos meios de comunicação	57
Gráfico 22 – ScreePlot	63
Gráfico 23 – Representação das variáveis no espaço	65
Gráfico 24 – Rácios de endividamento de particulares.....	68

Gráfico 25 – Tipo de pessoas envolvidas nas insolvências decretadas nos tribunais de 1 ^a instância, 3 ^o trimestre.....	70
---	----

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Validação estatística dos dados recolhidos nas quatro questões iniciais	34
Tabela 2 – Total de população ativa por nível de escolaridade	36
Tabela 3 – Evolução da taxa de desemprego em Portugal	39
Tabela 4 – Dívida dos particulares junto do sector financeiro residente	40
Tabela 5 – Resultados da questão 5	44
Tabela 6 – Resumo dos resultados obtidos nas questões de análise de conhecimentos	58
Tabela 7 – Representação da média e do desvio padrão da amostra	60
Tabela 8 – Matriz de correlação	61
Tabela 9 – Teste de Kaiser-Meyer-Olkin e o teste de esfericidade de Bartlett	62
Tabela 10 – Tabela de comunalidade	62
Tabela 11 – Variância explicada	62
Tabela 12 – Componentes de transformação da matriz – rotação VARIMAX	64

Lista de Abreviaturas e Siglas

AFCP – Análise Fatorial em Componentes Principais

AT – Administração Tributária

BBVA – Banco Bilbao Vizcaya Argentaria

BCE – Banco Central Europeu

CC – Código Civil

CIRE – Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas

CP – Código Penal

CPEREF – Código dos Processos Especiais de recuperação da Empresa e de Falência

CPPT – Código de Procedimento e de Processo Tributário

CRP – Constituição da República Portuguesa

FMI – Fundo Monetário Internacional

KMO – Kaiser-Meyer-Olkin

LGT – Lei Geral Tributária

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PER – Processo Especial de Revitalização

Apresentação

No âmbito do Mestrado em Auditoria e Análise Financeira, surge como objetivo desta Dissertação a aplicação de variados conhecimentos técnicos e empíricos, adquiridos durante a fase curricular do curso, para uma abordagem especializada sobre um tema relevante nesta área de estudo. Pretendendo-se que este contributo constitua uma mais-valia para a comunidade científica e uma fonte de inspiração para futuras investigações sobre a temática abordada.

Assim, torna-se pertinente considerar, no aspeto da situação atual do país na vertente económico-financeira, a realidade das famílias portuguesas e quais os aspetos basilares a ter em conta para encontrar novas soluções e opções que beneficiem o futuro das famílias e seus elementos.

De uma forma ampla, o conteúdo do trabalho realizado para a elaboração desta dissertação insere-se na temática das insolvências e o impacto socioeconómico destes mecanismos legais, existentes para empresas e particulares.

Mais concretamente, pretende-se aferir o grau de conhecimento relativo ao processo de insolvência e das suas implicações por parte de particulares.

Esta avaliação surge como feedback fulcral para um enquadramento dos interessados e utilizadores deste tipo de mecanismo, considerando o panorama que caracteriza a economia portuguesa e a saúde financeira dos contribuintes nacionais.

As restrições legais que envolvem uma situação de insolvência devem ser do conhecimento geral, pois constituem focos decisivos de análise por parte das famílias das suas condições de vida, na vertente económico-financeira.

Parte I - Introdução

1.1 Introdução ao Tema

Numa situação económica/financeira difícil, como aquela que Portugal tem vindo a atravessar, a competitividade tende a diminuir e o insucesso empresarial, que está intimamente ligado ao fenómeno da falência, tende a aumentar. Com isto, as empresas entram num processo de degradação financeira e económica, levando por arrasto as famílias que destas dependem.

A crescente complexidade que os efeitos da globalização trouxeram ao tecido empresarial português, nos últimos tempos, designadamente, promovida pelo aumento da competitividade derivada da abertura dos mercados e da livre circulação de bens na Europa, assim como pelo aumento da concorrência derivada dos países orientais, vieram impor uma grande pressão àquela classe.

O agravamento das dificuldades das empresas traduz-se na formação de ciclos viciosos, pois a partir do momento em que começam a existir atrasos de pagamentos a fornecedores, bem como o incumprimento das obrigações para com a Segurança Social, Administração Tributária (AT), trabalhadores e sistema bancário, inicia-se um processo de atraso para todos. Estas entidades que não recebem atempadamente das empresas em dificuldades, vão deixar de conseguir cumprir com as suas próprias obrigações, situação que numa espiral de incumprimento poderá conduzir as empresas menos preparadas a entrar em processos de recuperação, que poderão terminar na falência e na liquidação do seu património, levando por arrasto ao desemprego de milhares de pessoas que delas dependem e colocando assim as famílias em grandes dificuldades financeiras.

Esta deverá ser uma das maiores razões que levam tantas famílias à insolvência, pois sem fonte de rendimento ninguém consegue cumprir com as suas obrigações. No entanto, também existiu no nosso país um fator que contribuiu bastante para o endividamento das famílias portuguesas. A facilidade do acesso ao crédito e o apelo ao aumento do consumo permitiu melhorar substancialmente o nível de vida das mesmas. Houve certamente muitas

pessoas que se endividaram, por coisas banais, situações que não eram de extrema necessidade, dando origem a muitas dificuldades financeiras por má gestão.

No entanto, não podemos esquecer que nem todos têm essa culpa e que existem situações de famílias em que o desemprego afeta ambos os cônjuges, tornando-se muito difícil ser cumpridores das suas obrigações.

1.2 Propósito da Investigação

Esta investigação surge com o propósito de realizar um estudo por forma a averiguar se as famílias que possam vir a enfrentar uma situação de insolvência, ou que já tenham pensado na mesma como uma alternativa para os seus problemas financeiros, têm conhecimento das suas vantagens e desvantagens. Isto porque normalmente, existe a tendência de se olhar apenas para os benefícios esquecendo que nem tudo, num processo deste tipo será vantajoso.

Assim, será feita uma investigação no sentido de apurar se a população em geral têm algum conhecimento acerca das consequências negativas de um processo destes e de que forma poderá vir a prejudicar a sua vida no futuro.

1.3 Metodologia da Investigação

A metodologia utilizada nesta investigação foi o Inquérito, que segundo Carmo e Ferreira (1998), da etimologia desta palavra retira-se a ideia que é um processo em que se tenta descobrir alguma coisa de forma sistemática.

Referem ainda estes autores, que este termo se encontra definido nos dicionários como “um conjunto de atos e diligências destinadas a apurar alguma coisa”.

Basicamente, e seguindo a linha de pensamento dos mesmos autores, os inquéritos podem ser distinguidos em dois tipos:

- Inquéritos por entrevistas, que são aqueles em que existe interação direta com o inquirido;

- Inquéritos por questionário, aqueles que são realizados à distância, ou seja, não existe interação presencial.

Assim, poderá referir-se que neste estudo foram utilizados os dois tipos de Inquérito. Inicialmente, realizaram-se Inquéritos presenciais, no entanto a inibição dos inquiridos a uma das questões propostas, levou à alteração do método, passando-se à realização do mesmo através da internet, com o objetivo de eliminar qualquer tipo de inibição e de tornar a amostra mais real.

As questões deste inquérito foram desenvolvidas tendo em conta alguns princípios básicos, com o intuito de o tornar mais claro, conciso e neutro, tendo como objetivo a obtenção de respostas correspondentes à intenção da própria pergunta, não induzindo o inquirido a juízos de valor.

No que se refere às questões, mencionam os autores supra citados, que estas poderão ser de três tipos: questões abertas, fechadas ou mistas. Nesta análise optou-se por elaborar questões fechadas, dando ao inquirido uma opção de resposta. Assim, conseguiu-se rapidez e facilidade na obtenção das respostas, facilitando a categorização das mesmas para posterior análise.

1.4 Contributos do Estudo

Com este estudo espera-se dar sequência à investigação do tema, no sentido de apurar se existe em Portugal algumas alternativas aos processos de insolvência. Pensa-se ser uma investigação bastante importante para as pessoas que vêem esta saída, como a única alternativa existente para os seus problemas financeiros.

No entanto, esta não será a melhor solução para todos. O Decreto-Lei que aprovou o CIRE, refere claramente, que em qualquer processo de insolvência, o objetivo principal será sempre a defesa do direito dos credores.

Assim, apresentar-se-á algumas alternativas a este procedimento ao longo deste estudo.

Parte II - Revisão de Literatura

2.1 Evolução Histórica

O objetivo principal de qualquer processo de insolvência, conforme se referiu anteriormente, encontra-se descrito no preâmbulo do Decreto-Lei nº 53/2004, de 18 de março que aprovou o Código da Insolvência e Recuperação de Empresas (CIRE¹), e não é mais do que a satisfação, pela forma mais eficiente possível, dos direitos dos credores.

No entanto, nem sempre foi assim, pois ao longo dos tempos muitas alterações foram sendo implementadas e são muitos os autores que neste percurso se referem às ditas evoluções sobre o tema.

Leitão (2013) refere que a primeira codificação que aborda a falência foi o *Code de Commerce* francês, de Napoleão, cujo Livro III, relativo à falência foi promulgado a 22 de setembro de 1807. Esse livro denominava-se *Des faillites et desbanqueroutes*, inspirado na *Ordonnance* de 1673, e distinguia-se por considerar a falência um instituto privativo dos comerciantes.

Segundo este autor, o código distinguia a falência e a bancarrota, considerando que a primeira ocorria em casos de cessão de pagamentos e a segunda resultava da existência de culpa grave ou fraude. Esta última era considerada uma infração penal, sendo que no caso de culpa grave, o julgamento ocorria nos tribunais correctionais, enquanto que no caso de fraude ocorriam nos tribunais criminais.

A falência implicava a perda da gestão de todos os bens do falido, bem como o vencimento antecipado de todas as suas obrigações para com os credores, existindo a possibilidade de se proceder à anulação de todos os atos praticados, pelo mesmo, nos 10 dias anteriores à declaração de falência.

¹ Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas de acordo com as alterações do Decreto-Lei nº 200/2004, de 18 de agosto que alterou o Decreto-Lei nº 53/2004, de 18 de março, que aprovou o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas e a Lei nº 16/2012 de 20 de abril (Precede à sexta alteração ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, aprovado pelo Decreto-Lei nº 53/2004, de 18 de março, simplificando formalidades e procedimentos e instituindo o processo especial de revitalização, que revogou o CPEREF). Compilação de Dr. Nuno Albuquerque, Advogado.

Refere ainda o mesmo autor que neste sistema do código francês de 1807, a falência era essencialmente tratada como um processo de liquidação de bens do falido, resultante da cessação de pagamentos e visava principalmente, a obtenção de concordata² entre o devedor e os seus credores, uma vez que a liquidação de bens só se verificava se a concordata não fosse proposta, ou no caso de ter sido, a mesma não fosse aceite.

Este sistema foi portanto, considerado demasiado severo para os falidos, uma vez que, para além das aplicações de sanções penais, estes eram sujeitos a fiscalizações muito severas, de modo a evitar que se celebrassem acordos fraudulentos com alguns credores. Além disso, os processos de falência originavam custos processuais elevadíssimos, uma vez que qualquer ato nele praticado era sempre tributado. Isto originou que tanto os credores como os devedores procurassem acordos secretos de pagamento, evitando o recurso ao processo de falência, diminuindo assim a prática deste regime.

Fonseca (2011), vêm referir que em Portugal, o conceito de insolvência, designado de quebra e mais tarde de falência, encontrava-se previsto desde o Tempo das Ordenações Afonsinas. No entanto, o Código Comercial aprovado pelo Decreto de 18 de setembro de 1833, habitualmente designado por Código Ferreira Borges, vem pela primeira vez regular este conceito. Este código dava a possibilidade ao devedor de travar a liquidação do seu ativo, após a declaração de falência, através de uma concordata.

Refere ainda, a mesma autora, que o regime instituído no código acima referido, vem a ser retomado com poucas alterações, pelo Código Comercial³ de 1888, sendo que este admite a possibilidade da suspensão do processo de falência em qualquer fase, por meio de concordata prevista no parágrafo 2º do artigo 730º.

O Decreto de 26 de julho de 1899 aprova o Código das Falências desse ano, que regulava a matéria das concordatas no título IX (artigo 107º e ss). A primeira versão deste código foi de curta duração, pois a 14 de dezembro de 1905 surge o Decreto que procede à junção destes dois diplomas, passando a existir o Código de Processo Comercial de 1905. No entanto, este código não acrescenta grandes alterações, uma vez que as concordatas

² A concordata dependia da aceitação de uma maioria de dois terços dos credores que, por sua vez deveria representar três quartos dos credores comuns.

³ O projeto do Código Comercial de 1888 foi da autoria de Veiga Beirão, com o qual se destacou ao nível do governo no ministério da Justiça.

reguladas nos artigos 286º e ss., passaram a ser consideradas preventivas ou suspensivas, conforme fossem prévias ou posteriores à declaração de falência, como já era previsto no Código das Falências de 1899 (Fonseca, 2011).

A 22 de outubro de 1932, surge o Decreto nº 21758/32, que vem inserir na lei a matéria relativa à insolvência de não-comerciantes, proibindo as concordatas suspensivas, aceitando unicamente a concordata resolutiva, depois da mesma ser decretada após a declaração de insolvência, promovendo a possibilidade de inclusão de uma cláusula “salvo regresso de melhor forma” com a duração de 20 anos, e a existência de uma hipoteca ou fiança a favor de todos os credores.

Serra (2014), refere que em Portugal os conceitos de falência e insolvência há muito que são utilizados pelo direito. No novo Código das Falências de 1935, publicado através do Decreto-Lei nº 25918/35, de 26 de outubro, o conceito de insolvência, servia para designar o procedimento próprio dos não comerciantes. No entanto, na sua opinião esta distinção sempre foi mais jurídica do que cultural, uma vez que na linguagem corrente o termo falência predominava.

A 28 de maio de 1939, foi aprovado através do Decreto-Lei nº 29637/39, o Código de Processo Civil⁴, revogando o Código de Falências que vigorava desde 1935. Este código, segundo Fonseca (2011), vem diferenciar o conceito de falência e de insolvência, prevendo “meios suspensivos ou preventivos de falência”.

Sobre o mesmo Código, Leitão (2013) refere que o artigo 1300º e ss., classificava a falência em casual, culposa e fraudulenta, sendo as duas últimas qualificadas como crime por forçado artigo 1304º do mesmo.

O Código de Processo Civil de 1961, é aprovado através do Decreto-Lei nº44129/61, de 28 de dezembro e traz uma nova fase ao sistema legal Português, conforme refere o mesmo autor. Leitão (2013) apresenta ainda, a evolução do Direito da Insolvência no nosso país como sendo extremamente diversificada, distinguindo três fases em que se adotou sistemas legais diferentes:

⁴ A reforma do Código de Processo Civil teve como principal responsável o jurista José Alberto dos Reis.

- Numa primeira fase, existiu o sistema da *falência-liquidação*, que durou desde os primórdios até ao Código de Processo Civil de 1961;
- A segunda fase, apelidada de fase do sistema da *falência-Saneamento*, decorre desde o Código de Processo Civil de 1961 até ao CIRE de 2004;
- Já a terceira fase, surge como um retorno ao sistema de *falência-liquidação*, desencadeado pelo CIRE de 2004.

Na segunda fase, verifica-se uma modificação no Código, que justifica que o mesmo seja visto como o início do sistema de falência-saneamento, passando a ser prioritário os meios preventivos da declaração de falência, dando-lhe primazia à liquidação judicial.

O código de Processo Civil de 1961 teve sucessivas reformas no que se refere ao Direito Falimentar, destacando-se o Decreto-Lei nº 47690/67, de 11 de março e o Decreto-Lei nº 242/85, de 9 de julho, salientando-se a aplicação de medidas de saneamento financeiro, para as empresas em dificuldade económica. Estas medidas conferiram às empresas a possibilidade de requererem ao Governo a isenção de cumprimento de algumas obrigações de vínculo laboral.

Com o surgimento do Decreto-Lei nº 177/86, de 2 de julho, que introduz o processo especial de recuperação da empresa e da proteção de credores, e a introdução do Decreto-Lei nº 10/90, de 5 de janeiro, que vêm alterar o diploma anteriormente referido, surge uma medida de suspensão da contagem de juros contra o devedor e facilita aos credores toda a informação do processo, assim como, a justificação dos seus créditos, reforçando a sua posição na opção entre a recuperação e a falência.

Após se ter procedido à retirada da regulamentação da insolvência do Código do Processo Civil do Prof. José Alberto dos Reis e posteriormente à reforma de 1961, o diploma que mais se destacou até esta altura, foi o Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência (CPEREF), aprovado em 1993, através do Decreto-Lei nº 132/93, de 23 de abril o qual foi revisto em 1998, pelo Decreto-Lei nº 315/98, de 20 de outubro.

Leitão (2013), refere ainda, que este Código unificou o regime da falência e da recuperação de empresas, evitando assim a dispersão do seu regime por dois diplomas cuja principal inovação foi a abolição da distinção entre a falência e a insolvência e a aplicação do respetivo regime a todas e quaisquer empresas, fossem ou não empresas comerciais.

Em 1998, este diploma passou a considerar “a situação económica difícil” como um novo pressuposto da prevenção de recuperação, considerando-se a existência da mesma sempre que a empresa, não estando em situação de insolvência, indicie dificuldades económicas e financeiras, nomeadamente por incumprimento das suas obrigações (Leitão, 2013).

Sobre este Código, Fonseca (2011), considera que o mesmo vem privilegiar a recuperação das empresas em detrimento da insolvência que acabava sempre por ser o último recurso após falharem as medidas de recuperação previstas neste diploma. O processo de recuperação, tal como se prevê neste diploma, só tem aplicação quando o comerciante ou a sociedade devedora, tenham alguma hipótese de se recuperar economicamente.

Segundo a mesma autora, quer o processo de falência, quer o de recuperação, após a tramitação inicial, nunca foram passíveis de aplicação com as especialidades do CIRE quanto a pessoas singulares. Estas poderiam ser declaradas falidas, no entanto não beneficiavam do processo de recuperação, pois ficava apenas aberta a possibilidade, de o devedor pessoa singular não titular de empresa, conseguir uma concordata particular, sendo necessária a aceitação do devedor, dos credores e a homologação do juiz.

A terceira fase da evolução apontada por Leitão (2013), inicia-se com o atual CIRE, que foi aprovado pelo Decreto-Lei nº 53/2004, de 18 de março. Este, foi inspirado principalmente na *Insolvenzordnung* alemã de 1994, no entanto, teve uma preparação atabalhoada e precipitada, pelo que foi alterado antes mesmo de entrar em vigor, pelo Decreto-Lei nº 200/2007, de 7 de agosto. Posteriormente, voltou a ser alterado pelo Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de março, pelo Decreto-Lei nº 282/2007, de 7 de agosto, pelo Decreto-Lei nº 116/2008, de 4 de julho, pelo Decreto-Lei nº 185/2009, de 12 de agosto, pela Lei nº 16/2012, de 20 de abril e pela Lei nº 66-B/2012 de 31 de dezembro.

Este autor refere ainda que o CIRE consagra um claro retorno ao sistema da falência-liquidação, uma vez que no artigo 1º da sua redação inicial, estabelecia-se como finalidade de um processo de insolvência:

“a liquidação do património de um devedor insolvente e a repartição do produto obtido pelos credores, ou a satisfação destes pela forma prevista num Plano de Insolvência, que nomeadamente se baseie na recuperação da empresa compreendida na massa insolvente”.

No entanto, e em sintonia com o pensamento do mesmo autor, o retorno ao sistema de falência-liquidação numa época em que se atravessa uma profunda crise económica e financeira levou a um aumento considerável do número de insolvências em Portugal. Por esse motivo, o Memorando de Entendimento celebrado entre o Estado Português, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu (BCE), impôs através do seu ponto 2.18 que o governo passasse a definir *“princípios gerais de reestruturação voluntária extrajudicial em conformidade com boas práticas internacionais”*.

A Resolução 43/2011, de 25 de outubro, é aprovada em consequência da imposição acima referida, definindo os princípios orientadores da recuperação extrajudicial para os devedores. Com isto, foi alterado o CIRE, através da Lei nº 16/2012, de 20 de abril, com o intuito de atenuar a forma como este diploma assumiu o sistema de falência-liquidação, passando então a dar-se primazia à recuperação das empresas através da liquidação do património do devedor, mantendo-se a decisão nas mãos dos credores.

O CIRE veio gerar uma filosofia autónoma e distinta do direito da insolvência, introduzindo várias inovações no direito falimentar, sendo as mais significativas:

- A primazia da satisfação dos credores;
- A ampliação da autonomia privada dos credores;
- A simplificação do processo de insolvência.

2.2 Enquadramento do Tema

2.2.1 Insolvência

A insolvência é definida pelo CIRE, através do nº 1 do seu artigo 3º. Este artigo refere, que é considerado em situação de insolvência, todo e qualquer devedor que se encontre impossibilitado de cumprir as suas obrigações vencidas⁵.

O nº 4 do mesmo artigo vem acrescentar que será equiparado à situação de insolvência atual, a que seja meramente iminente, no caso de apresentação do devedor à insolvência. Assim, só são determinantes para a caracterização da impossibilidade do cumprimento, as obrigações do devedor já vencidas, permitindo-se ao devedor que se apresenta à insolvência, mesmo que esta seja meramente iminente.

Catarina Serra (2005), refere que historicamente, antes de existir o termo “Insolvência havia a noção de falência. A primeira definição de falência assentava na ideia de que este conceito opunha dois sujeitos, os credores a quem se devia pagar e os devedores a quem se devia punir. Este procedimento era assegurado pelo processo de falência que consistia quase exclusivamente na liquidação do património do falido.

Já Martins⁶ (2012b), no seu artigo *“Porque razão as pessoas e famílias pedem a insolvência?”* diz que a insolvência acaba por representar um mecanismo judicial que permite a recuperação das pessoas singulares, libertando-as de processos executivos, penhoras e pressões de credores. O pedido da declaração de insolvência acaba por ter duas finalidades para as pessoas:

- Por um lado afeta o próprio devedor, as ações judiciais de que este faz parte, os créditos existentes e os negócios e contratos em curso;
- Por outro lado visa alcançar um plano de pagamentos ou mesmo a exoneração do passivo restante, que permite às pessoas que não conseguem pagar as suas dívidas,

⁵ Obrigações vencidas são obrigações decorrentes de um vínculo jurídico, pelo qual uma pessoa ficou obrigada para com outra à realização de uma prestação, cujo prazo de cumprimento já se venceu.

⁶ Artigo de Luis M. Martins, publicado a 9 de março de 2012 – Porque razão as pessoas e famílias pedem a insolvência?

não fiquem eternamente com o peso das mesmas, uma vez que, se a exoneração for concedida, ao fim de cinco anos dá-se a extinção dos seus créditos.

No entanto, refere ainda o mesmo autor, que este não é um processo simples nem fácil, pelo que não deverá ser encarado com ligeireza, devendo ser adotado, sempre, como último recurso. Assim, pelo efeito que produz, o processo de insolvência não deve ser encarado, única e exclusivamente, para se obter o perdão das dívidas. Mas, pode ser uma solução para o devedor ter a hipótese de “um começar de novo”.

Leitão (2013) menciona que ser insolvente significa ser incapaz de cumprir com as suas obrigações, incapacidade essa, que deve ser certificada através da declaração de insolvência. No entanto para este autor, essa incapacidade de cumprimento pressupõe uma avaliação complexa que deve ser realizada através de dois critérios:

- O critério do fluxo de caixa (*cash flow*), segundo o qual o devedor é insolvente a partir do momento em que se torna incapaz, por não ter liquidez suficiente para pagar as suas dívidas assim que estas se vencem. Neste critério, é irrelevante o facto de o seu ativo ser superior ao seu passivo, pois a insolvência ocorre assim que se verifique a impossibilidade de pagar as dívidas que surgem no decurso da sua atividade.
- O critério do balanço ou do ativo patrimonial (*balance sheet* ou *asset*), em que a insolvência resulta do facto dos bens do devedor serem insuficientes para cumprimento integral das suas obrigações. Segundo este critério, a insolvência não é afastada pelo facto de o devedor cumprir com as suas obrigações diárias decorrentes da sua atividade normal.

Refere ainda o autor que, no direito Português, a insolvência é definida como a impossibilidade de cumprimento das obrigações vencidas, conforme se descreve no artigo 3º, nº 1 do CIRE. Assim, conclui-se que a lei portuguesa adota como critério principal para a definição da situação de insolvência o critério do fluxo de caixa, rejeitando o critério do balanço, uma vez que a insolvência corresponde à impossibilidade de cumprimento pontual das obrigações e não à mera insuficiência patrimonial.

A lei admite que se aplique em certos casos o critério do balanço, pois a insuficiência patrimonial funciona como um critério acessório de definição de insolvência, aplicável a pessoas coletivas e aos “patrimónios autónomos por cujas dívidas nenhuma pessoa singular responda pessoal e ilimitadamente, por forma direta ou indireta”, os quais são ainda considerados insolventes quando o seu passivo seja superior ao ativo, avaliados através das normas contabilísticas aplicáveis.

2.2.2 Processo de Insolvência Pessoal

Segundo Leitão (2013), o processo de insolvência inicia-se com o pedido de declaração de insolvência, a que se referem os artigos 18 e ss. do CIRE, nos quais podemos verificar quem tem legitimidade para apresentar o pedido.

Conforme refere o nº 1 do artigo 1º do CIRE, que abaixo se descreve, o processo de insolvência é um processo de execução universal que tem como finalidade a liquidação do património de um devedor insolvente e a repartição do produto obtido pelos credores:

“O processo de insolvência é um processo de execução universal que tem como finalidade a satisfação dos credores pela forma prevista num Plano de Insolvência, baseada, nomeadamente, na recuperação da empresa compreendida na massa insolvente, ou, quando tal não se afigure possível, na liquidação do património do devedor insolvente e a repartição do produto obtido pelos credores”

A insolvência pessoal é um procedimento judicial, que permite a recuperação financeira de qualquer pessoa com dívidas, que não consegue fazer face aos seus compromissos dentro dos prazos acordados. Para tal, procede-se à liquidação do património, sendo os valores conseguidos, divididos pelos respetivos credores.

A insolvência pode ser declarada através de um plano de pagamentos ou através de um pedido de exoneração do passivo restante. O plano de pagamentos é feito pelo próprio devedor, no qual se prevê a forma de liquidar os créditos e os respetivos prazos de

pagamento. Este plano tem que ser aprovado pelos credores⁷ e deve ser homologado por um juiz, que declara assim a insolvência, conforme se encontra previsto nos artigos 209º e ss. do CIRE.

Na exoneração do passivo restante, será concedido um perdão das dívidas, ou seja, durante 5 anos o devedor entrega uma verba estipulada aos credores, ficando apenas com o suficiente para sobreviver, assim no final fica livre das suas dívidas e pode recomeçar de novo. No entanto, deve ser ressalvado o facto de que nem todas as dívidas estão integradas nas condições de extinção, como é o caso das dívidas fiscais, já que estas ficam suspensas e podem ser objeto de tentativa de cobrança após o decurso dos cinco anos.

O CIRE refere no seu artigo 249º que só poderão declarar insolvência pessoal, os devedores não empresários (pessoas singulares) ou titulares de pequenas empresas, que cumpram os seguintes requisitos, à data do início do processo de insolvência:

- Não ter possuído uma empresa nos 3 anos anteriores;
- Não ter um passivo total superior a 300 mil euros;
- Não ter mais do que 20 credores;
- Não ter dívidas laborais.

2.2.3 O Processo Especial de Revitalização e a sua Aplicação a Pessoas Singulares

Segundo o Guia⁸ existente em Portugal, há um processo que auxilia todos aqueles que, por um ou outro motivo, se encontram em dificuldades de natureza financeira, e, assim, poderão encontrar um rumo que os possa reconduzir a um trilho economicamente estável – o Processo Especial de Revitalização (PER). Este é um processo criado no CIRE para permitir que qualquer devedor em situação económica difícil, mas que ainda tenha hipóteses de recuperação, possa manter a sua atividade.

⁷ Esta aprovação será realizada através de uma Assembleia de credores, prevista no CIRE nos artigos 72º e ss.

A Assembleia de credores é um órgão muito importante num processo de insolvência, pois será através deste, que se coordenará as pretensões dos diversos credores.

⁸ Guia Rápido do Processo Especial de Revitalização (PER), aprovado pela Lei nº 16 de abril de 2012 que veio alterar o CIRE adequando-o às necessidades económicas vividas em Portugal.

Os novos artigos 17º-A a 17º-I do CIRE, que regulam o processo especial de revitalização, em nenhum momento referem que a sua aplicação está limitada a pessoas coletivas ou a entidades equiparáveis, mas vem referir que o processo de revitalização pode ser utilizado “por todo o devedor”. Assim, é aplicável a pessoas singulares desde que as mesmas se encontrem na situação descrita e sejam financeiramente responsáveis.

Martins⁹ (2012a), no seu artigo sobre o PER, refere que podem recorrer ao procedimento especial de revitalização, todos os sujeitos previstos no artigo 2º, prevalecendo o critério da autonomia patrimonial ainda que tenham ou não personalidade judiciária.

O processo de revitalização não passa de mais uma alternativa legal das pessoas singulares regularem o endividamento, uma vez que o CIRE já prevê que estas possam recorrer ao plano de pagamentos previsto no seu artigo 249 e ss., sobretudo aquelas que excedam os limites e requisitos impostos neste mesmo artigo.

Este instrumento vem ainda assegurar de alguma forma, mecanismos de proteção aos credores que financiam os devedores que recorrem a este processo:

- Por um lado, as garantias convencionais entre o devedor e os seus credores durante o PER mantêm-se, mesmo que no final do processo venha a ser declarada a insolvência do devedor;
- Por outro lado, os credores que financiem a atividade do devedor, no decurso do processo, gozam de privilégio creditório¹⁰ mobiliário geral, graduado antes do privilégio creditório mobiliário geral¹¹ concedido aos trabalhadores.

Leitão (2013), refere que em contraste com a filosofia geral do CIRE, a Lei nº 16/2012, de 20 de abril, veio introduzir um novo processo especial denominado de revitalização, destinado a permitir ao devedor que, se encontre em situação económica difícil ou em

⁹ Artigo de Luis M. Martins, publicado a 23 de maio de 2012 – O processo especial de revitalização aplica-se a pessoas singulares?

¹⁰ O Privilégio Creditório é a faculdade que a Lei concede a certos credores de serem pagos com preferência em relação a outros, conforme refere o artigo 733º do Código Civil.

¹¹ De acordo com o artigo 735º, nº 2 do Código Civil os privilégios mobiliários são gerais, se abrangem o valor de todos os bens móveis existentes no património do devedor à data da penhora ou de ato equivalente.

situação de insolvência meramente iminente, mas que ainda possa ser recuperável, estabelecer negociações com os credores, de modo a conseguir com estes acordos alcançar a sua revitalização.

Refere ainda Leitão (2013), que o processo de revitalização se inicia desde que o devedor obtenha, pelo menos o acordo de um dos credores, afim, de se iniciar as negociações que poderão conduzir à aprovação de um plano de recuperação.

2.2.4 Efeitos da Declaração de Insolvência

A declaração de insolvência produz vários efeitos, que se encontram previstos no título IV do CIRE, intitulado “Efeitos da declaração de insolvência”.

Este título, subdivide-se em cinco capítulos onde se analisa alguns desses efeitos:

- Sobre o devedor (artigo 81º), que independentemente da impugnação da sentença, é estabelecido no CIRE, que a declaração de insolvência priva imediatamente o insolvente dos poderes de administração e de disposição dos bens integrantes da massa insolvente;
- Sobre o Administrador (artigo 81º, nºs 4 e 5; artigo 82º e artigo 85º, nº 3), que assume a representação do devedor insolvente para todos os efeitos de carácter patrimonial que interessam à insolvência;
- Outros dos efeitos que se produz com esta declaração traduz-se no novo incidente de qualificação da insolvência, cuja abertura é determinada pelo juiz na sentença, devendo ter início nos quinze dias subsequentes à data da realização da assembleia de credores (artigo 36º, alínea i) e artigo 188º).

No caso de a qualificação da insolvência ser considerada culposa, tem como implicações a inabilitação e a inibição do insolvente para o exercício do comércio durante um período de dois a dez anos, para além de determinar a perda de quaisquer créditos sobre a insolvência ou sobre a massa insolvente, por força do artigo 189º do CIRE;

- Processuais, uma vez que à sentença da declaração de insolvência importa a suspensão de qualquer outro processo de insolvência que se encontre pendente (artigo 8º, nº 4);
- Sobre os créditos, em virtude de a declaração de insolvência determinar:
 - a. A concessão de privilégios creditórios ao credor requerente (artigo 98º);
 - b. O vencimento de todas as obrigações do insolvente desde que não estejam subordinadas a uma condição suspensiva (artigo 91º);
 - c. O termo dos contratos de conta corrente e o encerramento dessas contas correntes (artigo 116º);
 - d. A extinção de privilégios creditórios e garantias reais (artigo 97º).
- Sobre os negócios em curso, uma vez que fica suspenso o cumprimento de qualquer negócio a decorrer, até que o administrador da insolvência opte por executar ou recusar o cumprimento do mesmo (artigo 102º);
- Resolução em benefício da massa insolvente, por força do artigo 120º do CIRE, que refere que todos os atos prejudiciais à massa insolvente, praticados nos dois anos anteriores à data do início do processo podem ser resolvidos, uma vez que colocam em causa a satisfação dos credores da insolvência.

2.2.5 Consequências da Insolvência

A sujeição ao regime de insolvência traz algumas consequências que se poderão verificar no CIRE, principalmente no seu Título IV que faz uma abordagem específica aos efeitos da declaração de insolvência. Assim, com base na lei podemos referir que a pessoa insolvente:

1. Fica impossibilitada de administrar os seus bens penhoráveis por força do nº 1 do artigo 81º deste código, no qual se pode ler:

“Sem prejuízo do disposto no Título X, a declaração de insolvência priva imediatamente o insolvente, por si ou pelos seus

administradores, dos poderes de administração e de disposição dos bens integrantes da massa insolvente, os quais passam a competir ao administrador da insolvência”.

2. Fica interdita de vender ou efetuar transmissão de bens ou direitos a outrem, por imposição do nº 2 do mesmo artigo que refere:

“Ao devedor fica interdita a cessão de rendimentos ou a alienação de bens futuros suscetíveis de penhor, qualquer que seja a sua natureza, mesmo tratando-se de rendimentos que obtenha ou de bens que adquira posteriormente ao encerramento do processo”.

3. Fica obrigada a se apresentar em tribunal e colaborar com todos os órgãos da insolvência, por força do nº 1 do artigo 83º, onde se pode ler:

“O devedor insolvente fica obrigado a:

- a) Fornecer todas as informações relevantes para o processo que lhe sejam solicitadas pelo administrador da insolvência, pela assembleia de credores, pela comissão de credores ou pelo tribunal;*
- b) Apresentar-se pessoalmente no tribunal, sempre que a apresentação seja determinada pelo juiz ou pelo administrador da insolvência, salva a ocorrência de legítimo impedimento ou expressa permissão de se fazer representar por mandatário;*
- c) Prestar a colaboração que lhe seja requerida pelo administrador da insolvência para efeitos do desempenho das suas funções”.*

4. Por imposição do nº 2 do artigo 239ª, fica obrigada a entregar ao administrador da insolvência os rendimentos disponíveis auferidos durante o período dos 5 anos subsequentes ao encerramento do processo de insolvência, ficando esta apenas com a quantia decretada pelo Tribunal, que garantirá o seu sustento, e o do seu agregado familiar, bem como do exercício da atividade profissional.

5. No que se refere aos rendimentos disponíveis, e conforme se impõe no nº 4 do artigo anterior a pessoa insolvente fica ainda obrigada a:

“a) Não ocultar ou dissimular quaisquer rendimentos que aufera, por qualquer título, e a informar o tribunal e o fiduciário sobre os seus rendimentos e património na forma e no prazo em que isso lhe seja requisitado;

b) Exercer uma profissão remunerada, não a abandonando sem motivo legítimo, e a procurar diligentemente tal profissão quando desempregado, não recusando desrazoavelmente algum emprego para que seja apto;

c) Entregar imediatamente ao fiduciário, quando por si recebida, a parte dos seus rendimentos objeto de cessão;

d) Informar o tribunal e o fiduciário de qualquer mudança de domicílio ou de condições de emprego, no prazo de 10 dias após a respetiva ocorrência, bem como, quando solicitado e dentro de igual prazo, sobre as diligências realizadas para a obtenção de emprego;

e) Não fazer quaisquer pagamentos aos credores da insolvência a não ser através do fiduciário e a não criar qualquer vantagem especial para algum desses credores”.

6. Após o Tribunal proceder à sua declaração em nome pessoal, fica exposta à publicidade e registo imposta pelo artigo 38º. Atualmente esta exposição é menor, comparativamente à redação anterior¹², uma vez que, com a revogação do nº 1 do artigo acima referido, a declaração deixou de ser publicada em Diário da República, sendo apenas afixada em Edital;

¹² A Redação anterior do nº 1 do artigo 38, que foi revogado referia: “É ainda dada publicidade à sentença de declaração de insolvência por meio de publicação de anúncio no Diário da República de que constem os elementos enunciados nas alíneas a), b), d) e m) do artigo 36º, bem como por afixação de edital, com as mesmas informações, à porta da sede e das sucursais do insolvente ou do local da sua atividade, consoante os casos, e ainda no lugar próprio do tribunal; o juiz pode, oficiosamente ou a requerimento de algum interessado, determinar as formas de publicidade adicional que considere indicadas.”.

7. Fica a constar da “lista negra” do Banco de Portugal¹³, conforme refere a alínea c) do nº 5 do artigo 38º, onde se pode ler:

“A secretaria:

Comunica a declaração de insolvência ao Banco de Portugal para que este proceda à sua inscrição na central de riscos de crédito.”

8. Vê a declaração de insolvência e a nomeação do administrador, registadas na conservatória do registo civil, conforme se impõe na alínea a) do nº 2 do artigo 38º;
9. As dívidas fiscais¹⁴ não são perdoadas através de um processo de insolvência, conforme se pode ler na alínea c) do nº 2 do artigo 45º, que refere o seguinte:

“A exoneração não abrange, porém:

Os créditos tributários”

10. Passado o prazo dos 5 anos pode não ficar livre das suas dívidas se o pedido de exoneração das mesmas não for aceite¹⁵. Isto poderá acontecer caso não se verifique o imposto pelo artigo 237º do CIRE, que abaixo se passa a descrever:

“A concessão efetiva da exoneração do passivo restante pressupõe que:

a) Não exista motivo para o indeferimento limiar do pedido, por força por força do disposto no artigo seguinte;

b) O juiz profira despacho declarando que a exoneração será concedida uma vez observadas pelo devedor as condições previstas no artigo 239º durante os cinco anos posteriores ao encerramento

¹³ Para se fazer parte da “mal fadada” “lista negra” do Banco de Portugal, basta apenas estar em incumprimento, ficando esta informação disponível a todas as entidades financeiras para que se possam proteger do risco de conceder crédito a indivíduos que já tenham antecedentes de incumprimento.

¹⁴ Considera-se dívida fiscal ao crédito da fazenda pública proveniente da obrigação legal, relativa a tributos e respetivos adicionais, multas, entre outros.

¹⁵ Quando o insolvente, no decurso dos 5 anos, falha com o cumprimento das suas obrigações assumidas através do plano de pagamentos.

do processo de insolvência, neste capítulo designado despacho inicial;

c) Não seja aprovado e homologado um Plano de Insolvência;

d) Após o período mencionado na alínea b), e cumpridas que sejam efetivamente as referidas condições, o juiz emita despacho decretando a exoneração definitiva, neste capítulo designado despacho de exoneração.”

11. O dever de cumprir rigorosamente com o plano de pagamentos de dívidas criado pelo Tribunal, durante o prazo de 5 anos.

2.2.6 Alternativas ao Processo de Insolvência

Antes de se pensar em solicitar a insolvência em nome pessoal, é fundamental que se compreenda, que poderão existir alternativas a este processo que, quando aplicadas corretamente, permitem ajudar a resolver os problemas financeiros evitando todo o procedimento que um pedido desta natureza envolve. Como alternativas ao processo de insolvência em nome pessoal pode-se citar:

- Negociação com as instituições bancárias solicitando um período de carência de juros e/ou capital;
- Aumento do prazo do empréstimo;
- Entrega do imóvel ao banco;
- Plano de pagamentos previsto no CIRE (artigo 251º e ss.);
- Procedimento Extrajudicial de Regularização de situações de incumprimento.

2.3 Formas de Recuperação Consagradas no CIRE

O CIRE refere três formas de recuperação que se aplicam às pessoas singulares:

- O Plano de Insolvência;
- A exoneração do passivo restante;
- O plano de pagamentos aos credores.

2.3.1 O Plano de Insolvência

O Plano de Insolvência encontra-se regulado a partir do Capítulo I do Título IX do código do CIRE, através dos seus artigos 192º e ss.

Martins (2010b) refere que esta forma de recuperação, apesar de ser o único instrumento que permite a recuperação de empresas, atualmente, também poderá ser aplicado às pessoas singulares.

O disposto no artigo 195º, nº 2, al. b) deste código sugere a existência de três modalidades de plano, que não são mais do que a indicação dos meios pelos quais os credores irão obter alguma satisfação no que se refere aos créditos vencidos. Estas modalidades são:

- Liquidação da massa insolvente;
- Recuperação do titular da empresa;
- Transmissão da empresa a outra entidade.

Assim, este plano, quando baseado na liquidação da massa insolvente, poderá ser aplicado a pessoas singulares, uma vez que nada é referido em contrário nos artigos 1º e 192º do CIRE.

Alguns autores defendem que este plano é de aplicação universal, ocorrendo em todos os processos de insolvência que englobam qualquer um dos sujeitos passivos referidos no artigo 2º do mesmo código.

Para Martins (2010b), apesar dos artigos 249º e 250º inviabilizarem a aplicação do Plano de Insolvência a não empresários e titulares de pequenas empresas, este é aplicável a pessoas singulares desde que se exceda os limites mencionados no artigo 249º do mesmo código.

Leitão (2013) de opinião idêntica, refere que estando em causa pessoas singulares, os artigos 249º e 250º do CIRE inviabilizam a aplicação do Plano de Insolvência no que se refere aos não empresários ou titulares de pequenas empresas, existindo para estes o plano de pagamentos previsto nos artigos 251º e ss. do mesmo código.

A sentença de declaração de insolvência está sujeita à abertura do incidente de qualificação, com carácter pleno ou limitado, caso o juiz disponha de elementos que justifiquem a abertura do mesmo, por força da alínea i) do artigo 36º do mesmo código, sem prejuízo do disposto no artigo 187º

O incidente de qualificação de insolvência é limitado (artigo 191º) quando o juiz considera o património do devedor insuficiente para a satisfação das custas do processo (artigo 39º, nº 1) e para as dívidas previsíveis da massa falida (artigo 36º, alínea i)), assim como, quando no decurso da liquidação, o administrador de insolvência encerra o processo por insuficiência da massa insolvente (artigo 232º, nº 5).

No que se refere ao incidente com carácter pleno, encontra-se previsto no nº 1 do artigo 188º do CIRE, onde se prevê que até 15 dias após a realização da assembleia de apreciação do relatório, o administrador ou qualquer interessado, pode alegar o que achar conveniente para efeitos da qualificação da insolvência como culposa

2.3.2 A Exoneração do Passivo Restante

A exoneração do passivo restante, encontra-se prevista na lei, no Capítulo I do Título XII do Código do CIRE, que se inicia com o seu artigo 235º e que está direccionado para as disposições específicas da insolvência de pessoas singulares. Diz então este artigo que *“se o devedor for uma pessoa singular, pode ser-lhe concedida a exoneração dos créditos sobre a insolvência que não forem integralmente pagos no processo de insolvência ou nos cinco anos posteriores ao encerramento deste, nos termos das disposições do presente capítulo”*.

Martins (2011) refere que o Código conjuga o princípio fundamental do ressarcimento dos credores com a atribuição aos devedores singulares insolventes da possibilidade de se libertarem de algumas dívidas.

Refere ainda que através da exoneração do passivo restante, Portugal acolhe o Princípio do *freshstart* para pessoas singulares, que foi muito difundido nos Estados Unidos e recentemente incorporado na legislação alemã.

Este princípio, segundo o mesmo autor, rege-se por poder ser concedido ao devedor pessoa singular, a exoneração dos créditos sobre a insolvência, que não forem integralmente pagos no decurso do processo de insolvência, ou nos cinco anos posteriores ao encerramento deste.

A obtenção de tal benefício pressupõe que após a sujeição ao processo de insolvência, o devedor permaneça durante o período da cessão¹⁶ com a obrigação de proceder ao pagamento dos créditos da insolvência que não foram completamente liquidados. Durante esse período o devedor assume outras obrigações, entre as quais, a de ceder o seu rendimento disponível a um fiduciário¹⁷, que deverá proceder à entregados valores recebidos aos credores.

Sobre a exoneração do passivo restante, Leitão (2013) refere que esta é uma das medidas especiais, que o código institui de proteção do devedor pessoa singular. Pois, através desta medida, após o património de devedor, pessoa singular, ter sido liquidado para pagamento aos credores, ou decorridos cinco anos após o encerramento do processo, as obrigações que não puderem ser satisfeitas são consideradas extintas.

Reforça ainda este autor, que a exoneração do passivo restante só é possível em relação a pessoas singulares, podendo qualquer delas solicitar esse benefício. Leitão (2013), à semelhança de Martins (2011), menciona também o princípio do *freshstart*, como a possibilidade de um novo começo sem o peso da insolvência anterior. Esta será para o autor uma benesse que a ordem jurídica visa conceder uma vez que a responsabilidade, das pessoas singulares, se mantém até à prescrição das suas obrigações.

2.3.3 O Plano de Pagamentos aos Credores

O plano de pagamentos aos credores encontra-se previsto no CIRE, através dos artigos 251º e ss., tendo sido incorporado no Capítulo II do Título XII deste código, que como já

¹⁶ O período da cessão é o período de cinco anos em que o devedor permanece adstrito ao pagamento dos créditos da insolvência que não tenham sido integralmente satisfeitos.

¹⁷ Entidade designada pelo tribunal escolhida entre as inscritas na lista oficial de administradores de insolvência.

referimos anteriormente trata das disposições específicas da insolvência de pessoas singulares.

Gonçalves¹⁸ (2013), sobre este tema argumenta que o plano de pagamentos consiste na elaboração de um plano efetivo, que preveja a forma de liquidar os créditos aos credores, através de uma reestruturação das dívidas. Este plano acaba por trazer uma vantagem para o devedor, pois no caso de ser aprovado, o devedor, apesar de ser declarado insolvente, continuará a ser proprietário dos seus bens. É portanto, segundo o autor, um mecanismo aconselhável para quem possui um rendimento razoável, mas que não é suficiente para conseguir cumprir com as suas obrigações.

No preâmbulo¹⁹ do Decreto-Lei nº 53/2004, de 18 de março, pode ler-se que:

“Permite-se às pessoas singulares, não empresários ou titulares de pequenas empresas, a apresentação, com a petição inicial do processo de insolvência ou em alternativa à contestação, de um plano de pagamentos aos credores. O incidente do plano abre caminho para que as pessoas que podem dele beneficiar sejam poupadas a toda a tramitação do processo de insolvência (com apreensão de bens, liquidação, etc.) evitem quaisquer prejuízos para o seu bom nome ou reputação e se subtraíam às consequências associadas à qualificação da insolvência como culposa. Admite-se a possibilidade de o juiz substituir, em certos casos, a rejeição do plano por parte de um credor por uma aprovação, superando-se uma fonte de frequentes frustrações de procedimentos extrajudiciais de conciliação, que é a da necessidade do acordo de todos os credores.”

Nesta linha de pensamento, Martins (2011) refere que atendendo aos fins do processo e do plano de pagamentos, este unifica uma forma do devedor poder propor pagar aos credores aquilo que considerar disponível e justo, podendo estes aceitar ou recusar a

¹⁸ José Ribeiro Gonçalves, Economista - Administrador judicial – Plano de pagamento judicial para pessoas singulares.

¹⁹ Ponto 46 do preâmbulo do Decreto-Lei nº 53/2004, de 18 de março.

proposta, pois se assim não fosse, poderiam os credores impor um plano prejudicial para uma vida condigna dos insolventes.

Outra questão, considerada pertinente por este autor, é o facto de na possibilidade dos credores elaborarem e aprovarem um plano de pagamentos ou de insolvência contra a sua vontade, o devedor veria sempre prejudicado o pedido de exoneração do passivo restante, que é cumulativo, quer com o Plano de Insolvência, quer com o plano de pagamentos.

Leitão (2013) menciona o plano de pagamentos aos credores como sendo outro regime específico da insolvência de pessoas singulares, para não empresários ou titulares de empresas de pequenas dimensões, permitindo evitar a verificação de grande parte dos efeitos associados à declaração de insolvência.

Refere ainda o autor, que neste caso, o processo de insolvência adquire uma dupla finalidade, uma vez que deixa de ter como único fim a satisfação do interesse dos credores, visando ainda conferir ao devedor a exoneração das suas obrigações.

2.4 Análise Crítica do CIRE

2.4.1 Credores e Devedores

Fonseca (2011) refere que o CIRE não é um efetivo diploma de defesa dos credores. Esta autora entende que o legislador, considerando esta classe economicamente mais forte, vem sacrificar estes em prole de recuperar o insolvente. É aqui, na sua opinião, que residirá a excessiva proteção que este confere às pessoas singulares.

No entanto, ao contrário do espírito do referido código, cuja preocupação se centra no ressarcimento dos credores, o instituto da exoneração do passivo restante previsto na insolvência das pessoas singulares, manifesta uma proteção excessiva aos devedores.

De acordo com a mesma autora e nos termos do artigo nº 243 deste código, o ónus da prova por violação dolosa, ou por negligência grave, dos deveres impostos ao devedor no artigo nº 239º, cabe ao credor. Assim, levando em consideração que o credor já é suficientemente lesado com a exoneração do passivo restante, seria mais adequado que tal

obrigação caísse sobre o devedor e que o legislador tivesse determinado uma inversão do ónus da prova ao contrário do que se encontra disposto no artigo 342º do Código Civil.

2.4.2 Processo Especial de Revitalização

Segundo Leitão (2013), a lei refere que o processo de revitalização pode ser utilizado pelo devedor em situação económica difícil (Artigo 17º-B) ou em insolvência meramente eminente (artigo 3º, nº 4), mas que ainda seja suscetível de recuperação. Parece, com isto, que o devedor não poderá recorrer a este processo se já estiver em situação de insolvência efetiva, que se encontra definida na lei como a impossibilidade de cumprimento das obrigações vencidas (artigo 3º, nº 1). Uma vez que a lei iguala a insolvência atual à iminente em caso de apresentação à insolvência (artigo 3º, nº 4), nada impede o devedor de se apresentar à insolvência, em vez de requerer a sua revitalização.

No entanto, refere ainda o mesmo autor, que não é suficiente que o devedor esteja em situação económica difícil ou em situação de insolvência meramente iminente, para que o devedor se possa apresentar à insolvência em vez de requerer a revitalização, pois a lei exige que este seja suscetível de recuperação. Mas é aqui que reside uma das falhas do CIRE, pois esta exigência pode ser resolvida, apenas com uma declaração do devedor, atestando que reúne todas as condições necessárias para a sua recuperação (artigo 17º-A, nº 2), não estando prevista na lei, nenhuma sanção processual para o caso de se verificar que esta declaração é falsa.

2.4.3 Dívidas ao Estado no Processo de Insolvência

Seguindo o pensamento de Martins²⁰ (2010a), a Fazenda Pública tem combatido o facto de que nos processos de insolvência, face ao exposto nos artigos 85º (nº 1 e nº 2), 196º e 199º do CPPT e artigos 30º (nº 2) e 36º (nº 3) da LGT, o Plano de Insolvência não pode estabelecer um plano de pagamento de dívidas fiscais que não respeite o imposto nos artigos acima referidos. Este plano deverá ser efetuado nos termos e com a autorização prevista nos artigos 196º a 200º do CPPT.

²⁰ Artigo de Luis M. Martins, publicado a 5 de abril de 2010 – Perdão e redução de dívidas ao Estado.

O Estado, tem o poder de criar e extinguir os impostos, bem como regular soberanamente a sua forma de pagamento, não podendo os particulares decidir quando e onde se vai efetuar o pagamento dos impostos. Assim, se um Plano de Insolvência regular a matéria dos créditos fiscais e da Segurança Social de uma forma diversa, viola o disposto nos artigos 103º, nº 2 da CRP²¹, nos artigos 85º²², 196º²³ e 199º²⁴ do CPPT e nos artigos 30º, nº 2²⁵ e 36º nº 3²⁶ da LGT.

No caso da declaração de insolvência, as normas de natureza fiscal cedem perante as normas que regulam o processo de insolvência, conforme está estipulado no artigo 180º, nº 1 e 2 do CPPT. Assim, no que se refere a este assunto, não tem aplicação o CPPT, uma vez que as suas normas se aplicam à relação entre o Estado e o contribuinte, na qual o Estado tem uma posição de supremacia.

O CIRE, vem pôr o poder supremo de decisão nos credores e colocar o Estado em pé de igualdade com os mesmos. Assim, cabe à assembleia de credores, enquanto órgão máximo de decisão do processo de insolvência, deliberar o perdão ou redução do valor dos créditos sobre o insolvente, quer quanto ao capital, quer quanto aos juros, bem como à modificação dos prazos de vencimentos ou das taxas de juros, conforme refere o nº 1 do seu artigo 196º, sejam os créditos comuns, garantidos ou privilegiados.

Neste seguimento, ao ser decretada a insolvência, o Estado passa a ser um credor em pé de igualdade com os demais credores

²¹ Artigo 103º, nº2 da CRP – “Os impostos são criados por lei, que determina a incidência, a taxa, os benefícios fiscais e as garantias dos contribuintes”.

²² Artigo 85º do CPPT – “1- Os prazos de pagamento voluntário dos tributos são regulados nas leis tributárias; 2- Nos casos em que as leis tributárias não estabeleçam prazo de pagamento, este será de 30 dias após a notificação para o pagamento efetuada pelos serviços competentes”.

²³ O Artigo 196º do CPPT refere o pagamento em prestações das dívidas exigíveis em processo executivo.

²⁴ Artigo 199º, nº 1 do CPPT – “Caso não se encontre já constituída garantia, com o pedido deverá o executado oferecer garantia idónea, a qual consistirá em garantia bancária, caução, seguro-caução, ou qualquer meio suscetível de assegurar os créditos do exequente”.

²⁵ Artigo 30º, nº 2 da LGT – “O crédito tributário é indisponível, só podendo fixar-se condições para a sua redução ou extinção com respeito pelo princípio da igualdade e da legalidade tributária”.

²⁶ Artigo 36º, nº 3 da LGT – “A AT não pode conceder moratórias no pagamento das obrigações tributárias, salvo nos casos expressamente previstos na lei”.

2.4.4 Pagamento de Custas

Martins²⁷ (2013), refere que as pessoas singulares que se apresentem a insolvência com pedido de exoneração do passivo restante, beneficiam do diferimento do pagamento de custas, incluindo a taxa de justiça inicial. No entanto, desde 2004 que se discute se as mesmas estão ou não isentas de pagar taxa de justiça inicial.

Refere o nº 1 do artigo 3º do Regulamento das Custas Processuais, que a taxa de justiça está compreendida nas custas do processo. Por outro lado, o artigo 304ª vem referir que as custas do processo são um encargo da massa insolvente.

Apesar de tudo, existem acórdãos que defendem a imperatividade da petição inicial ter que ser acompanhada de taxa de justiça inicial. Entre outros, podemos citar: TRC de 64-63-7338, P. 6;29/38.9TBACB.C6C6. R. Emídio Costa; TRL de 77-38-7366, P. 7809/66.9TBCSC.L6-7, R. Maria José Mouro.

²⁷ Artigo de Luis M. Martins, publicado em 16 de janeiro de 2013 – Pessoas singulares que recorrem à insolvência pagam custas?

Parte III – Análise Prática

No seguimento de um dos objetivos deste trabalho, procurou-se averiguar, até que ponto as pessoas em geral têm conhecimento das consequências que estão por trás de um processo deste género, assim como das implicações que daí poderão advir.

Pensa-se que muitas pessoas entram em processos deste tipo sem ter conhecimento das consequências em que incorrem.

Esta investigação desenvolveu-se inicialmente através de inquéritos presenciais, realizados no distrito de Santarém. No entanto, verificou-se a inibição dos inquiridos a uma das questões²⁸ da análise de conhecimentos deste questionário, pelo que se procedeu à alteração da estratégia inicial e à respetiva publicação do mesmo na internet, podendo ter tido uma abrangência a nível nacional.

Tendo por base que o principal objetivo de uma análise estatística consiste em determinar que generalizações sobre a população se podem fazer a partir da amostra recolhida, que neste caso serão os inquéritos, procedeu-se à análise dos dados aplicando algumas regras estatísticas, nomeadamente no que se refere às medidas de dispersão que nos permitirá medir a variabilidade presente no conjunto dos dados recolhidos.

Este estudo teve por base uma amostra de 179 inquiridos, tendo sido o mesmo realizado no decurso dos meses de setembro e outubro.

3.1 Análise dos Resultados do Questionário

3.1.1 Dados dos Inquiridos

Responderam a este inquérito 97 indivíduos do sexo feminino e 82 do sexo masculino, num total de 179. Estes inquéritos foram realizados de duas formas: numa primeira fase, inquiriram-se 102 indivíduos, presencialmente; e numa segunda fase 77, através da internet.

²⁸ Questão 5: Encontra-se em situação de insolvência?

A alteração efetuada na realização dos inquéritos, deveu-se então ao facto de se verificar a inibição dos inquiridos à quinta questão da análise de conhecimentos, verificando-se um aumento nas respostas afirmativas, conforme se mostrará mais à frente.

Este inquérito foi dividido em duas partes: com a primeira pretendeu-se apurar o tipo de indivíduos inquiridos, consoante o género, a idade, as habilitações literárias e a situação profissional dos mesmos e na segunda parte o conhecimento sobre o tema em questão.

Analisando os resultados obtidos com esta investigação, verifica-se estatisticamente que para os 179 questionários realizados se obteve uma validação para a globalidade dos inquiridos, conforme se comprova com a análise da Tabela 1.

Statistics					
		Género	Idade	Habilitações Literárias	Situação Profissional
N	Valid	179	179	179	179
	Missing	0	0	0	0

Tabela 1 – Validação estatística dos dados recolhidos nas quatro questões iniciais

O Gráfico 1, apresentado a baixo, tipifica os indivíduos inquiridos por género. Assim, dos que responderam a este inquérito 46% são indivíduos do sexo masculino e 54% do sexo feminino.

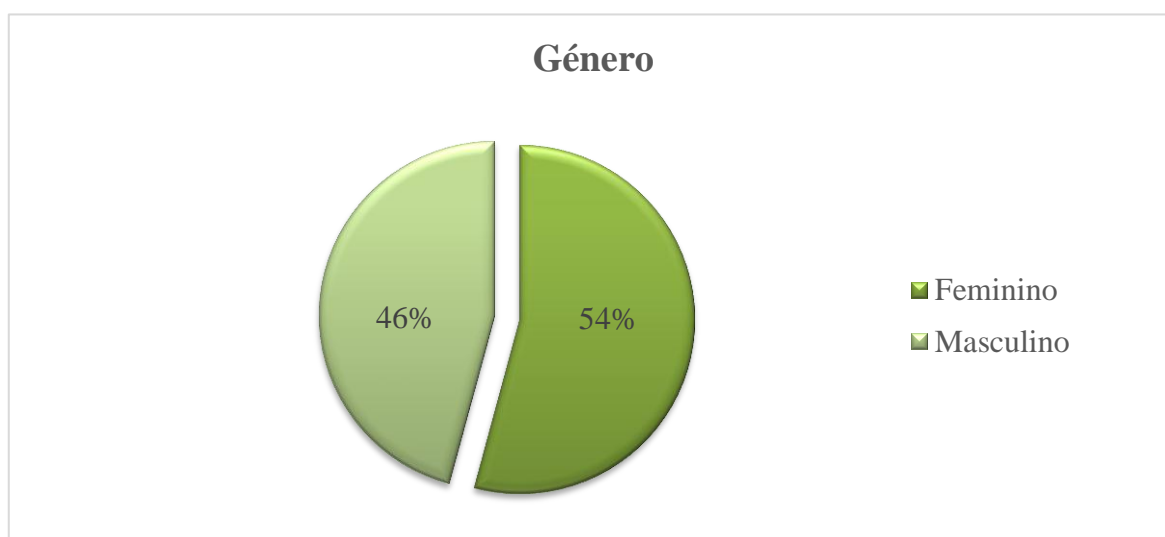


Gráfico 1 – Género dos inquiridos

Do total dos inquiridos, 68 eram menores de 30 anos, 100 estavam entre os 30 e os 65 anos e 11 tinham idade superior a 65, correspondendo respetivamente às percentagens de 38%, 56% e 6%, conforme se pode verificar no Gráfico 2, que se apresenta a baixo.

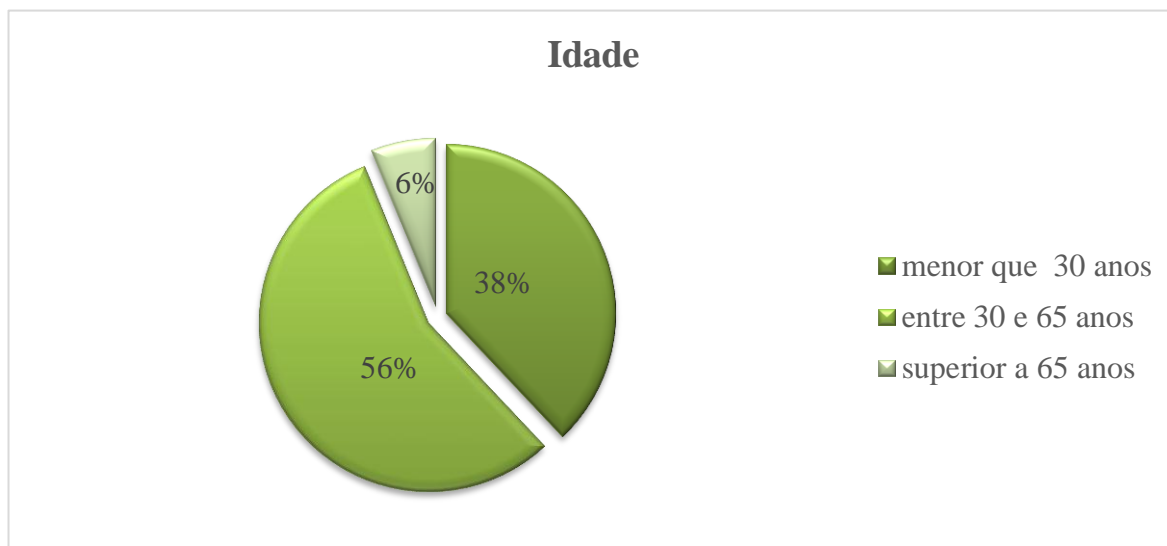


Gráfico 2 – Idades dos inquiridos

A maior percentagem de respostas a este inquérito, foi obtida na população ativa²⁹, num total de 94%, que deverão ser os indivíduos com maior interesse pelo tema, pois serão estes que correm o risco de se endividarem e de incorrerem em incumprimento com as suas obrigações.

Ao longo dos anos, o endividamento das famílias cresceu a um ritmo alucinante, tendo consequências quer sobre a estabilidade financeira quer sobre a evolução da atividade económica, não podendo ignorar-se os desenvolvimentos ocorridos na parte dos ativos das famílias, que constituem a sua riqueza. O património das famílias cresceu a taxas superiores às do rendimento disponível, aumentando fortemente o endividamento. Até ao final da década de 90, o património líquido das famílias em proporção com o rendimento disponível mostrava um comportamento ascendente. No entanto, os passivos acabaram por

²⁹ Conforme se refere no dicionário de economia, a população ativa inclui todas as pessoas que se encontram na situação de empregadas ou não situação de desempregadas. São consideradas empregadas todas as pessoas que desempenham qualquer função remunerada ou que apesar de terem emprego estão ausentes por motivos de doença, greve ou férias; são considerados desempregados as pessoas que não estão empregadas mas que estão ativamente à procura de emprego ou à espera de regressar ao trabalho. Desta forma, apenas as crianças, os estudantes, os reformados, os domésticos, os incapacitados e todos aqueles que simplesmente não querem trabalhar, são considerados como não integrantes da população ativa.

crescer mais do que os ativos e as dificuldades surgiram, dando início à degradação que acabou por se instalar no seio das famílias.

No entanto, teme-se que com esta degradação se percam alguns valores que se tem vindo a registar nos últimos tempos, como é o caso dos níveis de escolaridade.

ANO	TOTAL	Nenhum	Básico	Secundário e Pós secundário	Superior
2006	5.499,6	295,7	3.624,2	830,5	749,2
2007	5.533,1	288,4	3.639,8	828,5	776,4
2008	5.534,6	268,3	3.609,0	840,1	817,1
2009	5.486,1	233,3	3.497,9	915,6	839,3
2010	5.489,7	223,1	3.397,2	988,0	881,4
2011	5.428,3	209,2	3.159,6	1.079,9	979,6
2012	5.382,6	181,6	2.999,5	1.153,4	1.048,1
2013	5.284,6	154,3	2.825,9	1.222,7	1.081,6

Tabela 2 – Total de população ativa por nível de escolaridade

Fonte: PORDATA (última atualização em 20 de agosto de 2014)

A Tabela 2 mostra como a educação tem sido uma aposta crescente dos governantes em Portugal, pois apesar de a população ativa do nosso país decrescer de ano para ano, os níveis de escolaridade acima do secundário tem vindo a aumentar, enquanto que nos níveis inferiores se verifica o inverso.

No que se refere aos níveis de formação dos inquiridos, dividiram-se os mesmos em dois grupos. Aqueles que têm uma formação até ao nível do secundário e os que são detentores de uma formação de nível superior.

Esta divisão teve como objetivo averiguar até que ponto um indivíduo com formação académica ao nível do ensino superior poderá ter mais conhecimentos sobre o tema em análise.

O Gráfico 3, apresentado a baixo, revela que o número de inquiridos com formação até ao 12º ano de escolaridade, que responderam a este inquérito, dista apenas por seis pontos percentuais dos que detêm uma formação ao nível do ensino superior. Foram inquiridas no

total 94 indivíduos com escolaridade até ao 12º ano e 85 com escolaridade ao nível do ensino superior.

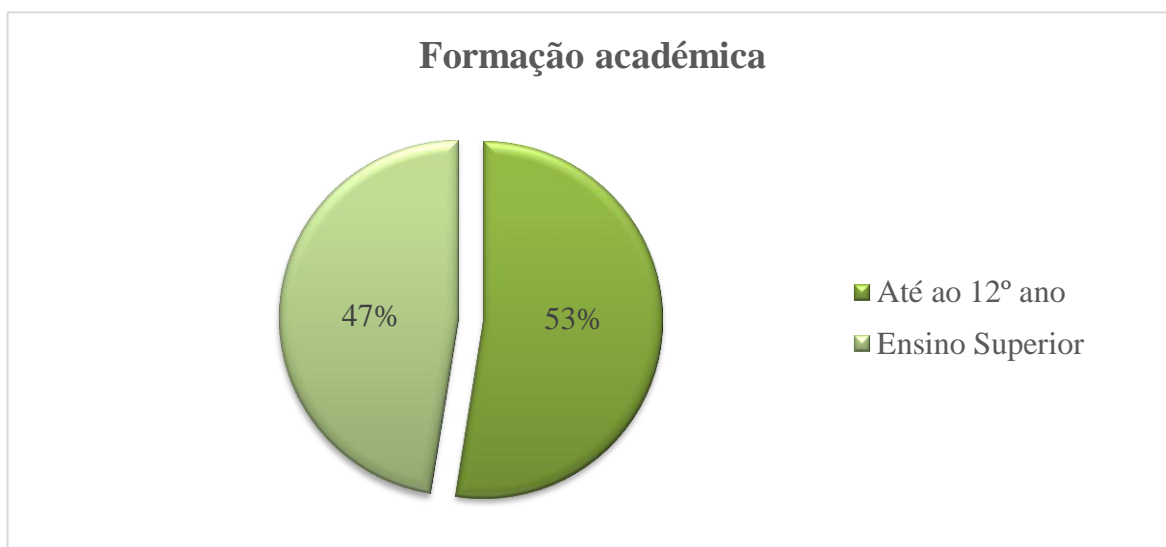


Gráfico 3 – Formação académica dos inquiridos

Se relacionarmos estes resultados com os dados apresentados na tabela anteriormente mencionada, verifica-se que apesar de se terem registado mais respostas de indivíduos com escolaridade até ao 12º ano, em proporção à realidade as diferenças deveriam ser muito superiores. Uma vez que em 2013, a população com formação de nível superior, representava apenas 20% do total. Assim, considera-se que as respostas a este inquérito serão numa grande percentagem dadas por pessoas com formação o que poderá demonstrar mais conhecimentos do que na realidade existem pela generalidade dos portugueses.

Considera-se uma mais-valia para este estudo, não se ter obtido resultados muito diferentes no que se refere à divisão proposta para este ponto, uma vez que assim, conseguiu-se obter um número bastante equiparado de respostas para as questões em análise, tanto de indivíduos com alguma formação como daqueles que se limitaram a ficar pelo secundário.

É lógico pensar, que os indivíduos que possuem habilitações literárias de nível superior, poderão ter alguma vantagem nas respostas a este questionário, mas julga-se não ser esta a aplicação na prática, uma vez que este não é um tema muito abordado nas escolas.

Para finalizar a parte introdutória deste questionário, procurou-se saber a situação profissional dos inquiridos. O Gráfico 4, revela que na sua maioria os inquiridos encontram-se a trabalhar por conta de outrem e que a menor fatia deste questionário representa os trabalhadores por conta própria.

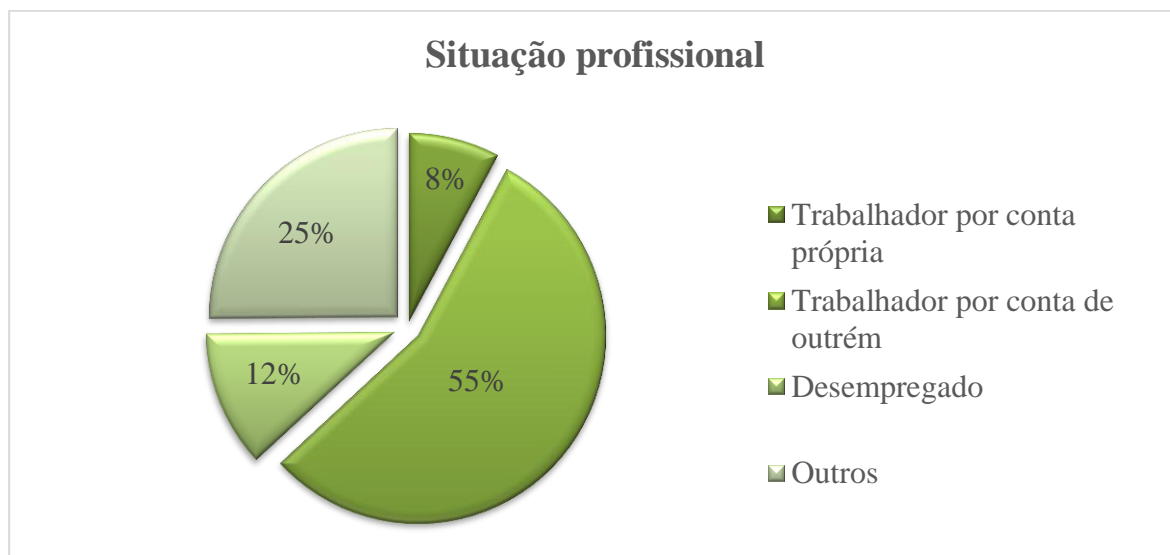


Gráfico 4 – Situação profissional dos inquiridos

A acumulação ou não de riqueza por parte das famílias, depende muito da situação profissional do seu agregado familiar. Como será de esperar para uma família, basta que um dos cônjuges se encontre em situação de desemprego para se provocar o desequilíbrio das contas. Este desequilíbrio poderá provocar situações de incumprimento e por arrasto de insolvência.

Portugal tem assistido nos últimos anos à decadência financeira de muitas famílias, provocada pelas taxas elevadas de desemprego, que têm forçado muitas delas a requerer a insolvência a nível pessoal. No entanto, parece começar a reverter-se a situação.

Segundo o Económico³⁰, o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA) num relatório sobre Portugal, estimou que a economia portuguesa terá crescido 0,3% no terceiro trimestre deste ano. Refere ainda, que *“os dados disponíveis de atividade e confiança sugerem que a recuperação, ainda que lenta, prosseguirá a um ritmo estável, sustentada por fatores internos, enquanto a contribuição do sector externo poderá diminuir”*.

³⁰ Económico – Economia/Política – Agência Lusa, 20 de outubro de 2014.

Poderá antever-se aqui uma evolução positiva, para 2014, das taxas de desemprego, apesar de ainda não se ver refletido o mesmo nos anos transatos, conforme se mostra na Tabela 3 representada a baixo.

ANOS	TOTAL	SEXO	
		MASCULINO	FEMININO
2003	6.3	5.4	7.2
2004	6.6	5.8	7.6
2005	7.6	6.7	8.6
2006	7.6	6.5	8.9
2007	8.0	6.6	9.5
2008	7.6	6.5	8.7
2009	9.4	8.8	10.1
2010	10.8	9.8	11.9
2011	12.7	12.3	13.0
2012	15.5	15.6	15.5
2013	16.2	16.0	16.4

Tabela 3 – Evolução da taxa de desemprego em Portugal

Fonte: PORDATA (última atualização: 2014-08-20)

Na verdade, o Expresso³¹ refere que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), entende que Portugal mostra claros sinais de que está a emergir da crise, e que em 2015 a taxa de desemprego deverá atingir os 14,7%.

De acordo com o segundo orçamento retificativo, e tendo como fonte o mesmo diário, Maria Luis Albuquerque, anunciou a revisão em baixa da taxa de desemprego, para 14,2%, quando a previsão inicial apontava para 17,7%.

Com estes dados, será espectável, que num futuro próximo, os processos de insolvência comecem a diminuir e que os portugueses voltem a ter alguma tranquilidade no seu seio familiar.

³¹ Expresso – Economia – edição de 20 de outubro de 2014.

3.1.2 Análise de Conhecimentos

A análise de conhecimentos inicia-se com uma questão sobre a qual todos temos uma opinião - O endividamento das famílias. Este é um assunto frequentemente comentado, por todos, a qualquer hora e em qualquer lugar. Na sua maioria, um indivíduo endividado, não poderá culpabilizar, este ou aquele produto adquirido, numa instituição financeira, mas sim a sua falta de planeamento financeiro. Também poderemos mencionar o custo de vida conjugado com os salários baixos da maioria dos portugueses e em algumas situações até mesmo o desemprego.

Segundo dados estatísticos publicados em outubro pelo Banco de Portugal, o crédito habitação é o produto financeiro que representa o maior volume de endividamento dos portugueses. Através da análise à Tabela 4, apresentada abaixo, verifica-se que este produto financeiro tem representado ao longo dos anos 80% do volume global dos dois produtos.

ANO	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	2014			
									março	%	junho	%
Crédito Habitação	125 191	79	123 146	80	118 867	81	114 411	82	111 985	82	111 635	82
Crédito ao Consumo	32 460	21	30 386	20	27 676	19	25 454	18	24 676	18	25 139	18
Total	157 651	100	153 532	100	146 543	100	139 865	100	136 661	100	136 774	100

Tabela 4 – Dívida dos particulares junto do sector financeiro residente

Fonte: Banco de Portugal

A esta questão, 52% dos inquiridos responderam que o fator que mais gera o endividamento das famílias será o crédito ao consumo. O que não será completamente descabido, uma vez que muitas famílias se endividam contraindo empréstimos com o objetivo de fazerem férias, ou para adquirirem este ou aquele produto que não será de extrema necessidade. No entanto, não será esse o produto financeiro que representa o maior volume.

Na sua opinião qual é o fator que mais contribui para o endividamento das famílias?

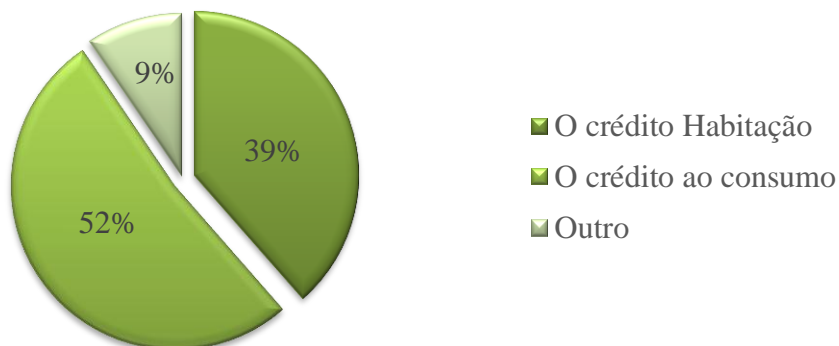


Gráfico 5 – Questão sobre o endividamento das famílias

O crédito Habitação foi a segunda escolha dos inquiridos, conforme se pode observar no Gráfico 5, sendo que 39 % dos indivíduos indagados, optaram por esta resposta. Os restantes 9% dos inquiridos, teriam uma outra escolha, que não nenhuma destas duas.

A segunda questão deste questionário é uma abordagem ao tema, pretendendo-se saber se os indivíduos inquiridos reconhecem o termo “Insolvência”.

Responderam afirmativamente a esta questão 153 dos inquiridos, não reconhecendo este termo 26 dos indivíduos que contribuíram para este estudo.

É do seu conhecimento o termo "Insolvência"?

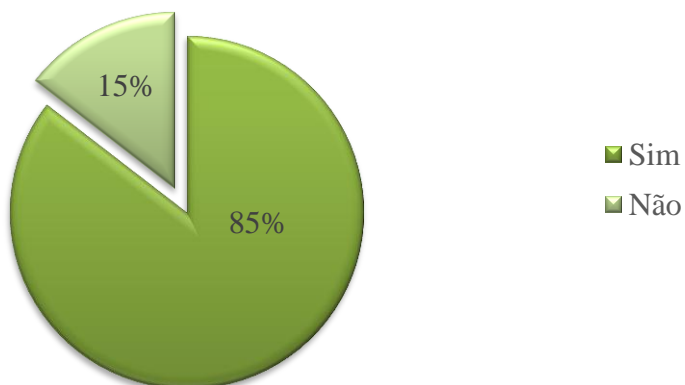


Gráfico 6 – Questão sobre o reconhecimento do tema

Era espectável que a maioria dos inquiridos respondesse afirmativamente a esta questão, pois este termo tem sido muito abordado nos últimos tempos. Poucos serão aqueles que no nosso país, nunca terão ouvido falar sobre este tema.

O Gráfico 6, acima apresentado, revela bem essa imagem, pois do total de respostas obtidas verifica-se que 85% dos inquiridos reconhece ou já ouviu falar sobre o tema, enquanto que apenas 15 % não reconhece esta palavra.

Aos 26 inquiridos que responderam negativamente à esta questão, foi-lhes sugerido a passagem imediata à última pergunta, pois não faria sentido a resposta a mais nenhuma das questões deste estudo, pois, não reconhecendo o tema, certamente não teriam como responder às questões seguintes.

O próximo gráfico revela que a maioria dos indivíduos inquiridos sabe ou pensa que sabe quais são as consequências que estão por trás de um processo deste género.

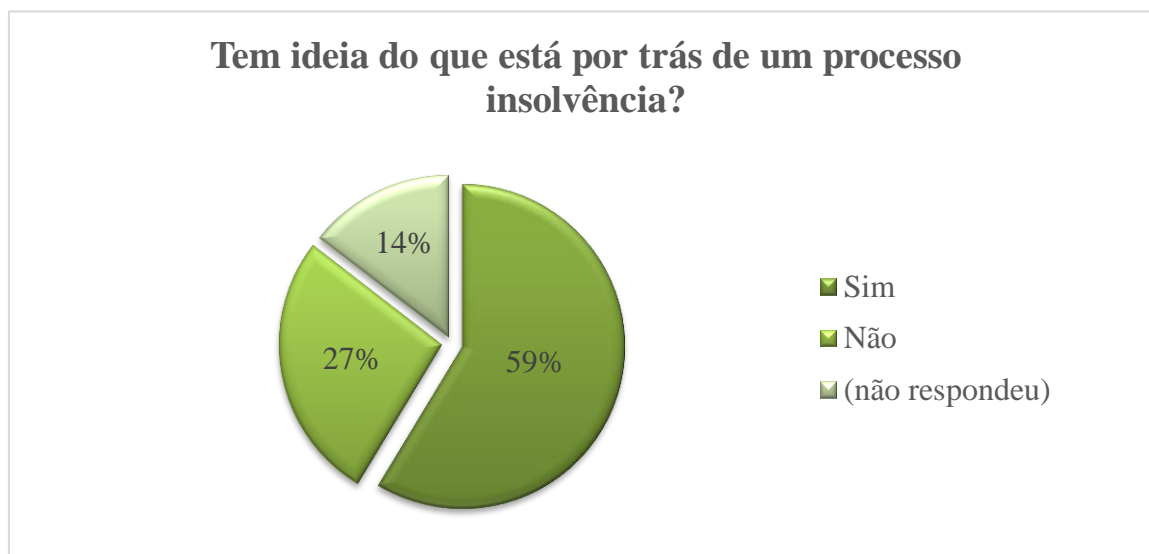


Gráfico 7 – Percepção do processo de insolvência por parte dos inquiridos

Assim, com base na análise do Gráfico 7 verifica-se que 59% dos inquiridos fazem ideia do que está por trás de um processo de insolvência e de quais as consequências que poderão daí advir, sendo apenas 27% os que reconhecem que não sabem. Não podemos deixar de referir que 14% dos inquiridos reconheceu logo que não era entendido na matéria.

Com o Gráfico 8 pretende-se mostrar se o processo de insolvência seria uma opção para os inquiridos no caso de entrarem em situação de dificuldades financeiras. A esta questão responderam negativamente apenas 12% dos mesmos. Ao analisarmos o gráfico em questão, detetamos que apesar de apenas 25% terem respondido afirmativamente a esta questão, obteve-se um leque de 49% de indivíduos para os quais esta poderá ser uma solução em caso de situação económica difícil.

Na verdade, a ponderação revelada pela maioria dos inquiridos mostra que os mesmos não têm conhecimentos suficientes que os levem a responder sim ou não, repentinamente.

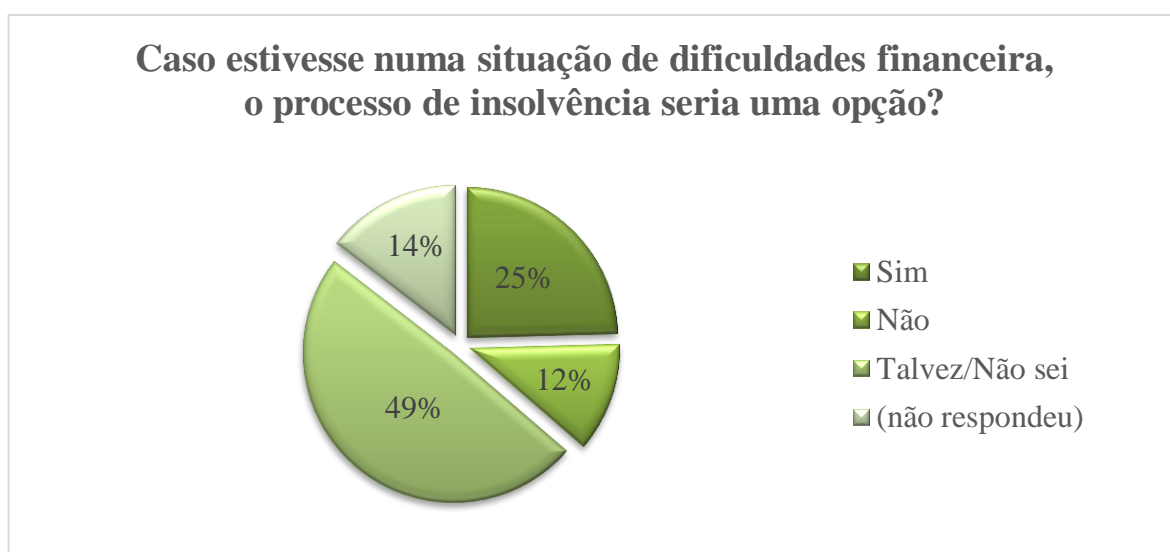


Gráfico 8 – Decisão por parte dos inquiridos do recurso ao processo de insolvência

Apesar de este tema ser de alguma forma bastante divulgado pela comunicação social, pensa-se que a abordagem ao tema não será a mais correta, pois por norma há a tendência de revelar apenas o que interessa ouvir e não o que realmente poderia servir para alertar as consequências destes processos.

A próxima questão revelou-se inibidora para os inquiridos. Detetou-se que ao questionarmos diretamente as pessoas, estas mostravam constrangimento e até mesmo uma certa vergonha em reconhecer a sua situação de insolvência.

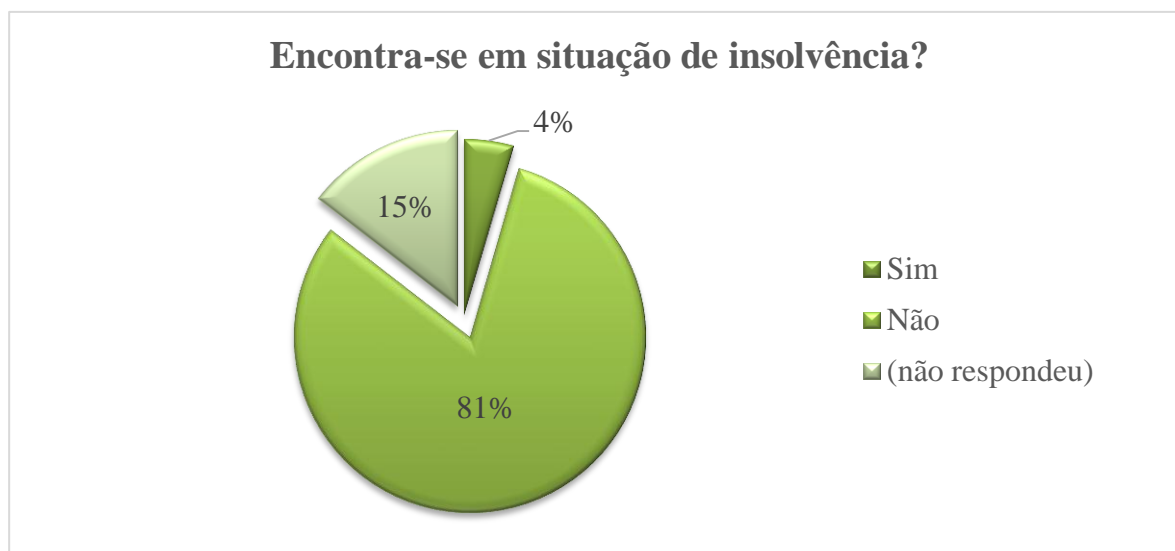


Gráfico 9 – Percentagem dos inquiridos em situação de insolvência

O Gráfico 9 mostra bem essa imagem. Apenas 4% no total dos inquiridos reconhece estar em processo de insolvência. Esta questão levou à alteração do processo de realização dos questionários, que conforme foi referido anteriormente, se efetuaram presencialmente numa fase inicial e via internet numa fase posterior.

Questão 5	%	Presencial	Online	TOTAL
SIM	4%	2	6	8
NÃO	81%	82	63	145
Não Respondeu	15%	18	8	26
Total	100%	102	77	179

Tabela 5 – Resultados da questão 5

No entanto, conforme mostra a Tabela 5 o aumento de resposta afirmativas, após a colocação do questionário na internet foi significativo. Num total de 77 inquéritos efetuados por esta via obteve-se 6 respostas em que os inquiridos assumem a situação de insolvente, enquanto que em 102 questionários realizados presencialmente, apenas 2 se assumiram como tal.

Conclui-se assim, que a proporção de inquiridos que admite encontrar-se numa situação de insolvência foi superior após a alteração do método aplicado inicialmente, provando-se a inibição existente no método inicial e provavelmente o desfasamento com a realidade,

uma vez que foi claro na realização deste estudo a vergonha demonstrada por alguns dos inquiridos.

Quando se questionou acerca do conhecimento de situações de insolvência por parte de terceiros, já se obteve uma abertura muito mais abrangente. Neste caso, não se constatou inibição por parte dos inquiridos em revelar que existem pessoas na família nesta situação, ou mesmo em situações de dificuldade que as poderá conduzir a uma insolvência.

Neste seguimento o Gráfico 10, abaixo indicado, vem demonstrar a desinibição por parte dos inquiridos no que se refere a situações de insolvência de terceiros, uma vez que 40% dos mesmos responde afirmativamente a esta questão.

Assim, dado que 40% da amostra revela conhecer alguém nesta situação, e sendo a mesma constituída por apenas 179 indivíduos, pode-se perspetivar que muitas serão as famílias portuguesas a conhecer esta realidade.

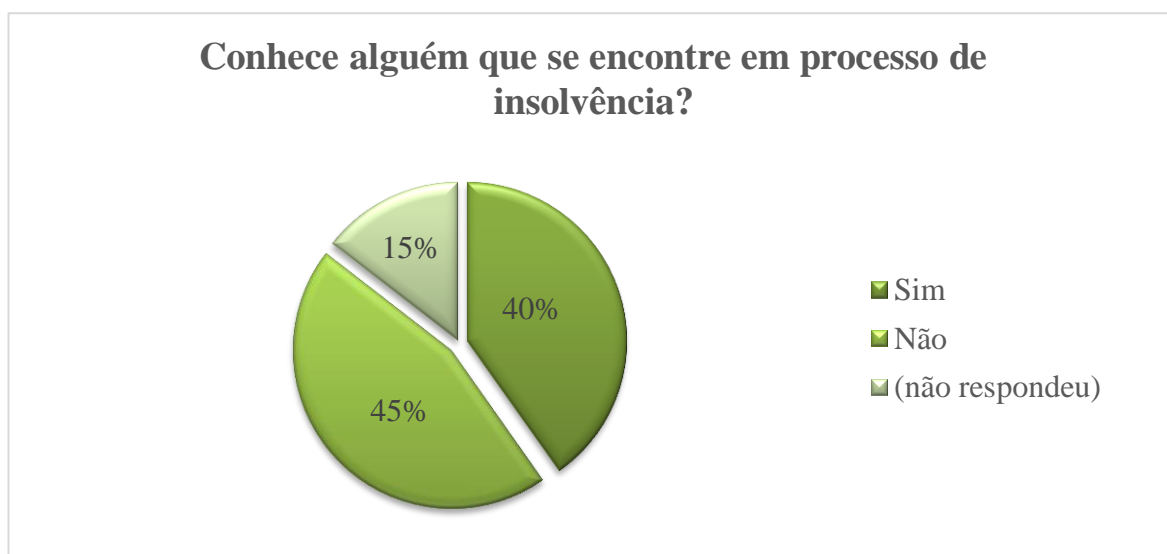


Gráfico 10 – Conhecimento dos inquiridos de situações de insolvência por parte de terceiros

No que se refere ao Gráfico 11, verifica-se que a maioria da população inquirida revela ter conhecimento do termo “Insolvência Pessoal”. Responderam afirmativamente a esta questão 52% dos indivíduos inquiridos, sendo que 33% desconhece este conceito.

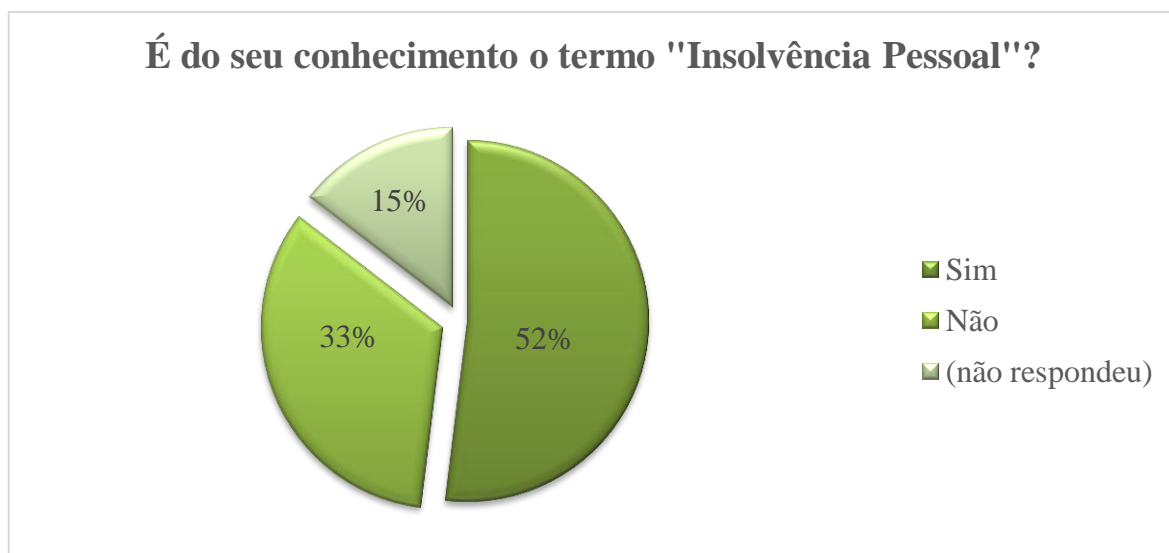


Gráfico 11 – Percentagem de inquiridos que conhecem o termo “Insolvência Pessoal”

As questões seguintes permitem de algum modo averiguar o conhecimento dos inquiridos sobre a matéria em estudo, pelo que através da análise das mesmas poderá conseguir-se apurar algumas conclusões.

Um indivíduo que não consiga cumprir com as suas obrigações financeiras, encontra-se em situação de insolvência, por força do nº 1 do artigo 3º do CIRE, que refere que “*É considerado em situação de insolvência o devedor que se encontre impossibilitado de cumprir as suas obrigações vencidas.*”

A esta questão responderam acertadamente apenas 24% da população inquirida, sendo que 39% dos mesmos responde incorretamente à questão em causa, conforme se encontra evidenciado no Gráfico 12. Verifica-se assim, que poderá não existir um conhecimento tão abrangente do tema, conforme se verificou até aqui.

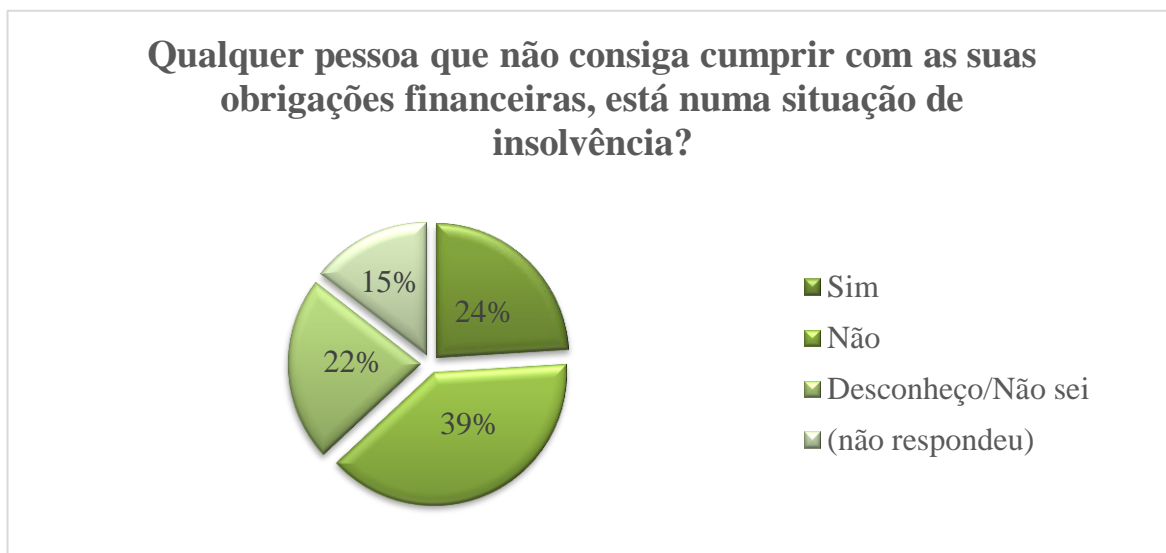


Gráfico 12 – Percepção por parte dos inquiridos da situação de insolvência

O Gráfico 13 assenta na questão da obrigatoriedade de declarar insolvência em situação de incumprimento. Refere o nº 1 do artigo 18º do CIRE que é obrigatório o devedor propor-se à insolvência no prazo de 30 dias após a data do incumprimento, conforme se transcreve:

“O devedor deve requerer a declaração da sua insolvência dentro dos 30 dias seguintes à data do conhecimento da situação de insolvência, tal como descrita no nº 1 do artigo 3º, ou à data que devesse conhecê-la.”

No entanto o nº 2 do mesmo artigo vem referir que se excetua deste dever as pessoas singulares não titulares de uma empresa, conforme se descreve abaixo:

“Excetua-se do dever de apresentação à insolvência as pessoas singulares que não sejam titulares de uma empresa na data em que incorram em situação de insolvência.”

A esta questão responderam afirmativamente 10% dos inquiridos, sendo que a maioria (52%) responde negativamente à mesma. Estes resultados podem induzir à conclusão de que os inquiridos têm conhecimentos sobre a temática em estudo, ou as suas respostas poderão ter sido baseadas pelo senso comum.

Tendo por base a legislação mais divulgada a este respeito, em que a mesma indica ser obrigatório a apresentação à insolvência, esperava-se que as respostas obtidas se direcionassem neste sentido.

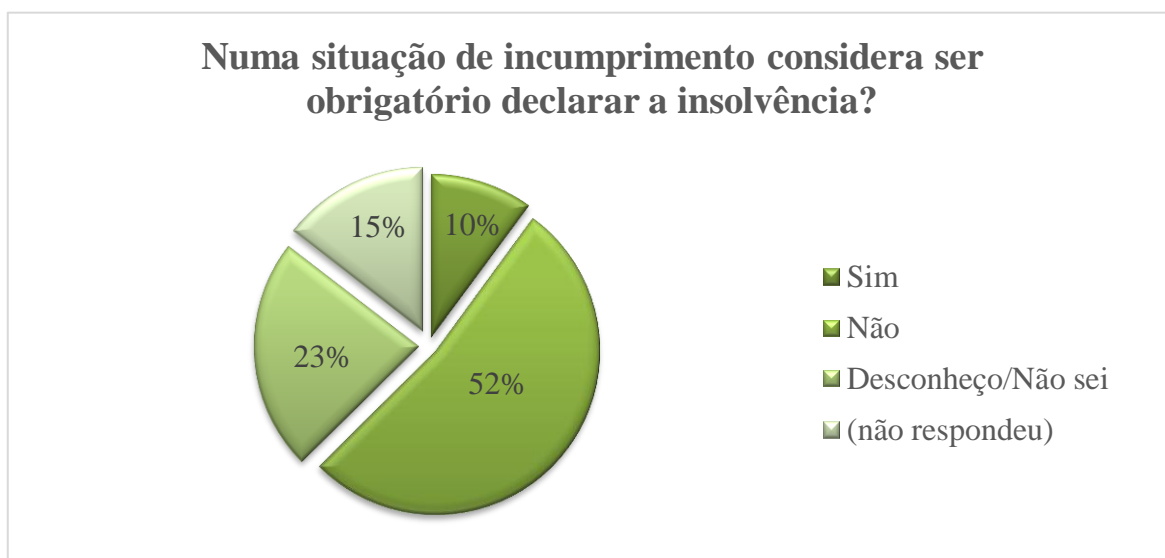


Gráfico 13 – Conhecimento da obrigatoriedade da declaração de insolvência, numa situação de incumprimento

Dando entrada num processo de insolvência, não é possível proceder à sua desistência, para quem se apresente à mesma de acordo com o artigo 21º do CIRE, conforme se transcreve:

“Salvo nos casos de apresentação à insolvência, o requerente da declaração de insolvência pode desistir do pedido ou da instância até ser proferida a sentença, sem prejuízo do procedimento criminal que ao caso couber.”

Como a apresentação à insolvência é obrigatória para a população em geral, à exceção das pessoas singulares que não sejam titulares de empresas à data da apresentação, por

força do artigo 18º do CIRE, poder-se-á considerar que regra geral não é possível desistir deste pedido a não ser para um número muito restrito da população.

Analisando o Gráfico 14 verifica-se o desconhecimento por parte dos inquiridos a esta questão, uma vez que a maioria, ou seja 52% dos mesmos foram perentórios em reconhecer que desconhecem a resposta à mesma, sendo importante referir que 15% dos inquiridos, já tinham reconhecido o mesmo inicialmente, perfazendo assim um total de 67% de inquiridos que desconhecem a resposta a esta questão. Será também de realçar que tanto as respostas afirmativas como as negativas obtiveram percentagens equiparadas, nomeadamente de 16% e 17% respetivamente.

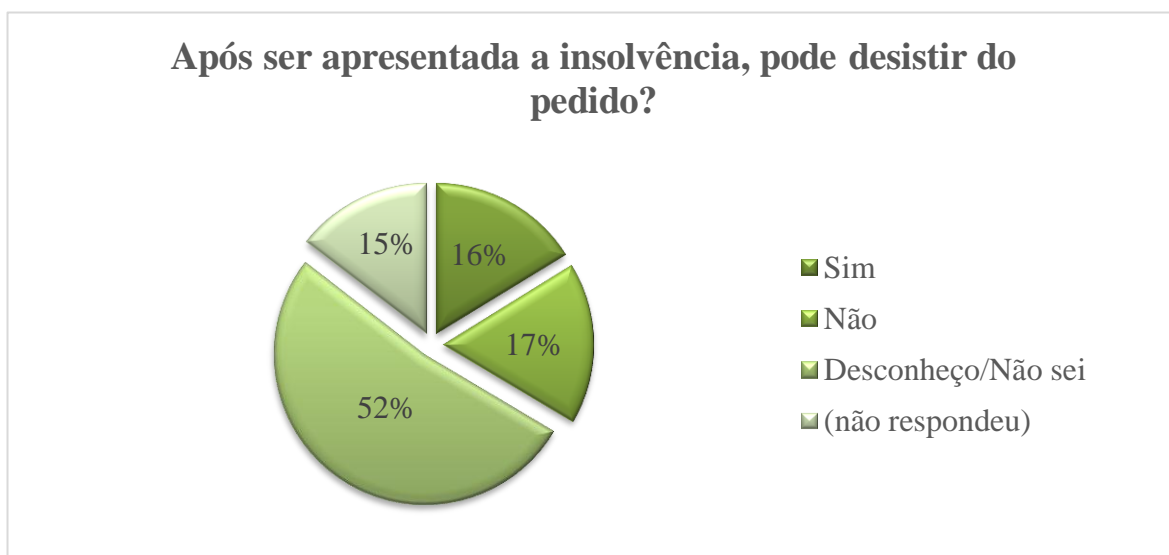


Gráfico 14 – Conhecimento da possibilidade da desistência do pedido de insolvência após a sua apresentação

A questão seguinte tinha como intuito apurar a perceção por parte dos inquiridos do risco de indemnizar terceiros na eventualidade de alguém se propor à insolvência num caso fraudulento.

Qualquer pessoa confrontada com uma penhora poderá optar por se apresentar à insolvência apenas com o intuito de travar o processo. Nestes casos a maioria das pessoas pensa em simular uma fraude por forma de salvaguardar os seus bens.

Neste sentido, deverá ter presente o nº 1 do artigo 227º do Código Penal³² (CP) que vem referir, que tal procedimento poderá levar a incorrer numa pena de prisão, até cinco anos, conforme se descreve abaixo:

“O devedor que com intenção de prejudicar os credores:

a) Destruir, danificar, inutilizar ou fazer desaparecer parte do seu património;

b) Diminuir ficticiamente o seu ativo, dissimulando coisas, invocando dividas supostas, reconhecendo créditos fictícios, incitando terceiros a apresenta-los, ou simulando, por qualquer outra forma, uma situação patrimonial inferior à realidade, nomeadamente por meio de contabilidade inexata, falso balanço, destruição ou ocultação de documentos contabilísticos ou não organizando a contabilidade apesar de devida;

c) Criar ou gravar artificialmente prejuízos ou reduzir lucros; ou

d) Para retardar a falência, comprar mercadorias a crédito, com o fim de as vender ou utilizar em pagamento por preço sensivelmente inferior ao corrente;

é punido, se ocorrer a situação de insolvência e esta vier a ser reconhecida judicialmente, com pena de prisão até cinco anos ou com pena de multa até 600 dias.”

O CIRE no seu artigo 185º vem referir que a insolvência pode ser qualificada como culposa³³ ou fortuita, sendo que o conceito de insolvência culposa está descrito no nº 1 do

³² O Código Penal foi aprovado pelo Decreto-Lei nº 400/82, de 23 de setembro, e alterado pela Lei nº 6/84, de 11 de maio, pelos Decretos-Leis nºs 132/93, de 23 de abril, e 48/95, de 15 de março, pelas Leis nºs 65/98, de 2 de setembro, 7/2000, de 27 de maio, 77/2001, de 13 de julho, 97/2001, 98/2001, 99/2001 e 100/2001, de 25 de agosto, e 108/2001, de 28 de novembro, e pelos Decretos-Leis nºs 323/2001, de 17 de dezembro, e 38/2003, de 8 de março.

³³ Artigo 186º, nº 1 - A insolvência é culposa quando a situação tiver sido criada ou agravada em consequência da atuação, dolosa ou com culpa grave, do devedor, ou dos seus administradores, de direito ou de facto, nos três anos anteriores ao início do processo de insolvência.

artigo 186º do mesmo código. Este último vem reforçar a lei imposta pelo nº 1 do artigo 227º do CP.

O artigo 189º do CIRE, tem por base a sentença de qualificação, referindo no seu nº 1 que a sentença qualifica a insolvência como culposa ou fortuita. O nº 2 deste artigo vem referir os procedimentos que o juiz deve ter na sentença que qualifica a insolvência como culposa, entre as quais se destaca a alínea e) que refere o seguinte:

“Coordenar as pessoas afetadas³⁴ a indemnizarem os credores do devedor declarado insolvente no montante dos créditos não satisfeitos, até às forças dos respetivos patrimónios, sendo solidária tal responsabilidade entre todos os afetados.”

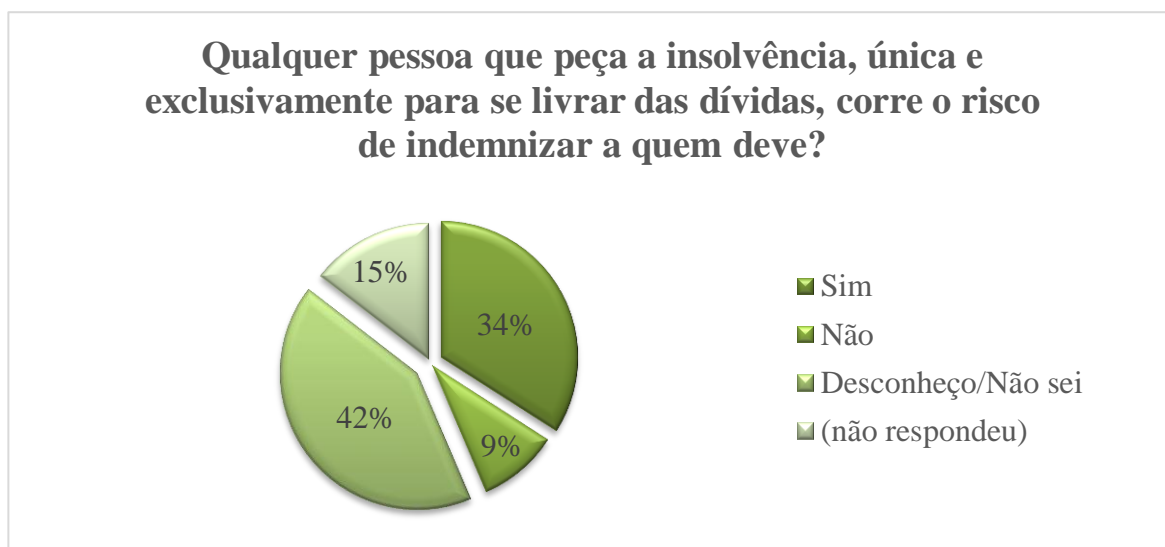


Gráfico 15 – Percepção do risco de indemnização a credores em situações fraudulentas

Com base no Gráfico 15 acima indicado, verifica-se que 34% dos inquiridos tem noção que ao solicitar a insolvência com o intuito de se libertar das dívidas, corre o risco de indemnizar os credores. Esta será a resposta correta, uma vez que perante a lei acima descrita (alínea e) do nº 2 do artigo 189º do CIRE), nos casos de se detetar pedidos de insolvência fraudulenta o juiz deve condenar os seus autores à devida indemnização.

³⁴ As pessoas afetadas pela qualificação são todas aquelas que, de algum modo, tiveram intervenção direta nos factos descritos no nº do artigo 186º do CIRE.

Constatou-se ainda que, a grande maioria da população não responde ou desconhece a resposta a esta questão, evidenciando-se assim, mais uma vez, o desconhecimento do tema por parte da população inquirida.

No que se refere às próximas duas questões, as mesmas poder-se-ão equiparar, uma vez que a primeira condiciona a segunda. Isto é, se determinado indivíduo é considerado uma pessoa não idónea, o mesmo não poderá exercer um cargo de chefia, pois segundo a infopédia³⁵ uma pessoa idónea será aquela que tem condições ou competências necessárias para desempenhar determinado cargo ou função.

Uma vez que a declaração de insolvência priva imediatamente o insolvente dos poderes de administração dos seus próprios bens, por força do artigo 81º do CIRE, os quais passam a ser geridos pelo administrador da insolvência, conclui-se que fica o insolvente incapacitado para gerir o seu património. Pelo que será considerado perante a sociedade como uma pessoa incapaz de se gerir a ele mesmo, durante os cinco anos em que decorre o processo. Prazo esse, em que o seu nome constará dos registos impostos pelo CIRE, no seu artigo 38º, como é o caso do registo oficioso efetuado na conservatória do registo civil.

Assim, poder-se-á dizer que a pessoa insolvente enquadra-se no conceito de pessoa não idónea.

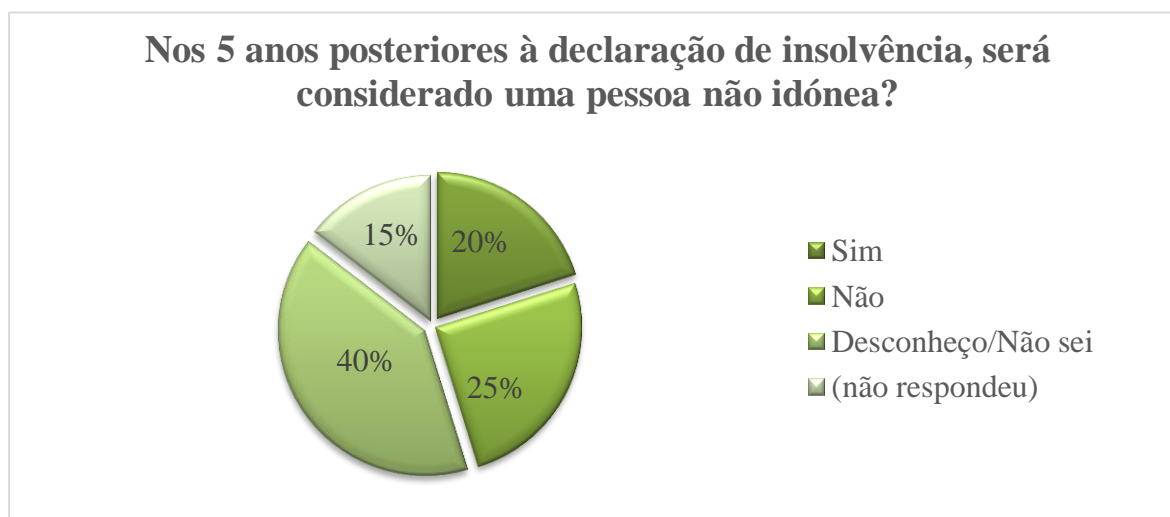


Gráfico 16 – Perceção de idoneidade após a declaração de insolvência

³⁵ Dicionário da Porto Editora: <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/id%C3%B3neo>.

Desta forma, considera-se que a resposta correta a esta questão seria “Sim”. Pelo que da análise efetuada ao Gráfico 16, conclui-se que os inquiridos não têm noção desta consequência, uma vez que apenas 20% dos mesmos responderam corretamente á questão em causa, sendo que dos restantes 80%, 25% reponde erradamente, 40% desconhece a resposta à questão e 15% dos mesmos não responde.

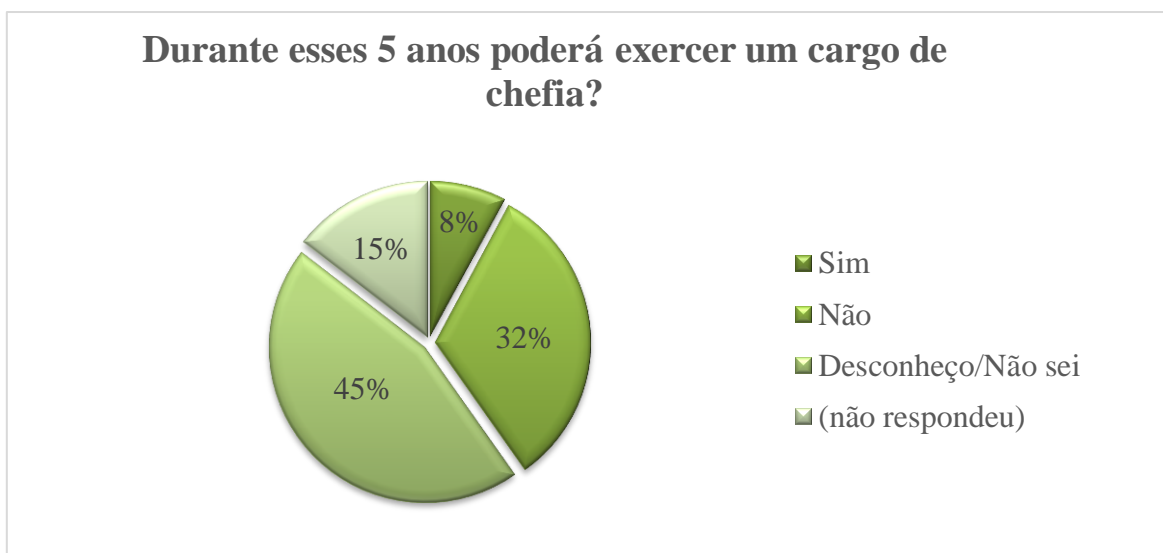


Gráfico 17 – Verificação do conhecimento de uma das restrições após a declaração de insolvência

No que se refere à questão apresentada no Gráfico 17, os inquiridos revelam um pouco mais de conhecimento sobre o assunto.

Tendo por base as noções referidas anteriormente, será de esperar que o insolvente não possa exercer cargos de chefia. Neste sentido, responderam corretamente a esta questão 32% dos inquiridos, sendo que os restantes 68%, não sabem, não respondem ou respondem erradamente.

A próxima questão têm por base a Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal. Qualquer pessoa com créditos contraídos junto de uma instituição financeira vê o seu nome registado nessa Central, pelo que tem o mesmo registado no Banco de Portugal.

Estar registado nesta Central, não significa que se conste de uma “lista negra”, mas sim que se possui um financiamento, seja ele qual for.

A Central de Responsabilidades de Crédito, legalmente enquadrada no Decreto-Lei nº 204/2008, de 14 de outubro, é um sistema de informação gerido pelo Banco de Portugal sobre as responsabilidades efetivas ou potenciais, decorrentes de operações de crédito, conforme se descreve no Caderno 5 do Banco de Portugal referente à mesma.

No entanto, em caso de incumprimento o devedor fica com o seu nome “sujo” nesta Central, só conseguindo limpar o mesmo após a liquidação dos montantes em dívida.

Não quer isto dizer que a informação contida na Central de Responsabilidades de Crédito configure qualquer espécie de “lista negra”, ideia que é frequentemente atribuída às bases de dados, designadas negativas, que recolhem exclusivamente informação sobre devedores em situações de incumprimento.

No caso de existir uma sentença a declarar a insolvência, também essa informação será aqui registada, com base na alínea c) do nº 5 do artigo 38º, que refere “*A Secretaria: Comunica a declaração de insolvência ao Banco de Portugal para que este proceda à sua inscrição na central de riscos de crédito.*”

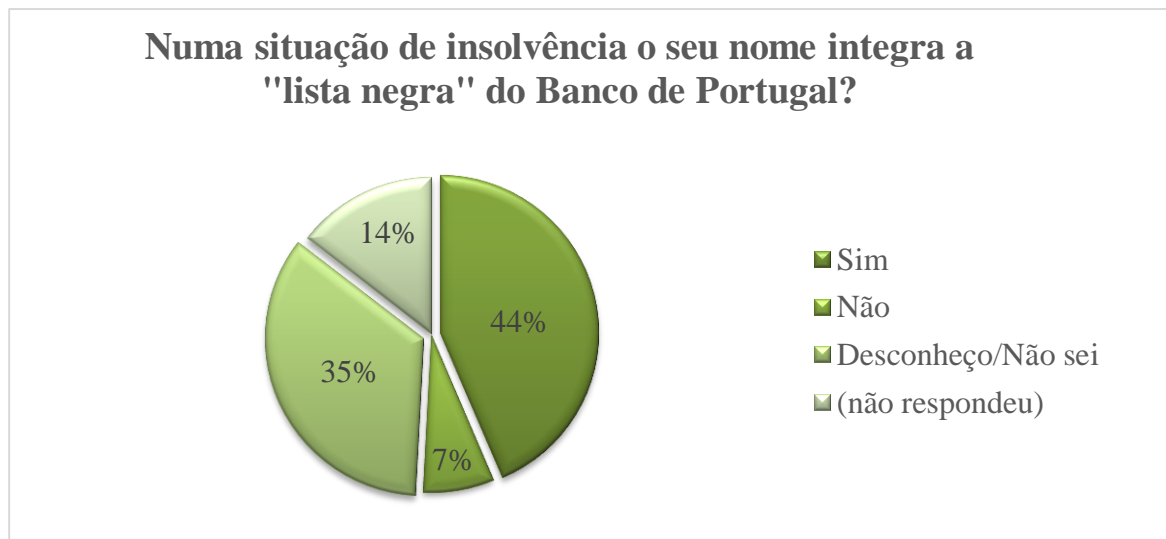


Gráfico 18 – Conhecimento da possibilidade de integração de insolventes na “lista negra” do Banco de Portugal

O Gráfico 18 reflete o conhecimento por parte dos inquiridos da possibilidade de integração das pessoas insolventes na “lista negra” do Banco de Portugal. Concluindo-se com o mesmo que, 44% dos indagados tem conhecimento da integração do nome das

peças insolventes na tal “lista negra”, 35% desconhece, 14% absteve-se e 7% responde erradamente à questão em causa.

No seguimento desta questão surge a dúvida do conhecimento das restrições que as instituições bancárias impõe às pessoas insolventes. Pelas respostas obtidas à próxima questão, apresentada no Gráfico 19, presume-se que a maioria desconhece estas restrições.

A título de exemplo pode referir-se a abertura de uma conta bancária e a sua movimentação como uma das limitações impostas pelas instituições bancárias, conforme vem mencionado no caderno nº 9 do Banco de Portugal. Neste documento vem redigido que nem todos os maiores de 18 anos podem contratar com as instituições de crédito a constituição de contas de depósito e a sua movimentação, referindo que existem situações em que a capacidade de exercício destes indivíduos é retirada ou reduzida, nomeadamente por decisões impostas pelos tribunais. Refere-se ainda neste caderno, e a título de exemplo que, este tipo de situação ocorre para os casos em que os tribunais declaram os maiores de 18 anos como interditos, inabilitados e noutras situações como é o caso de decisões judiciais de insolvência.

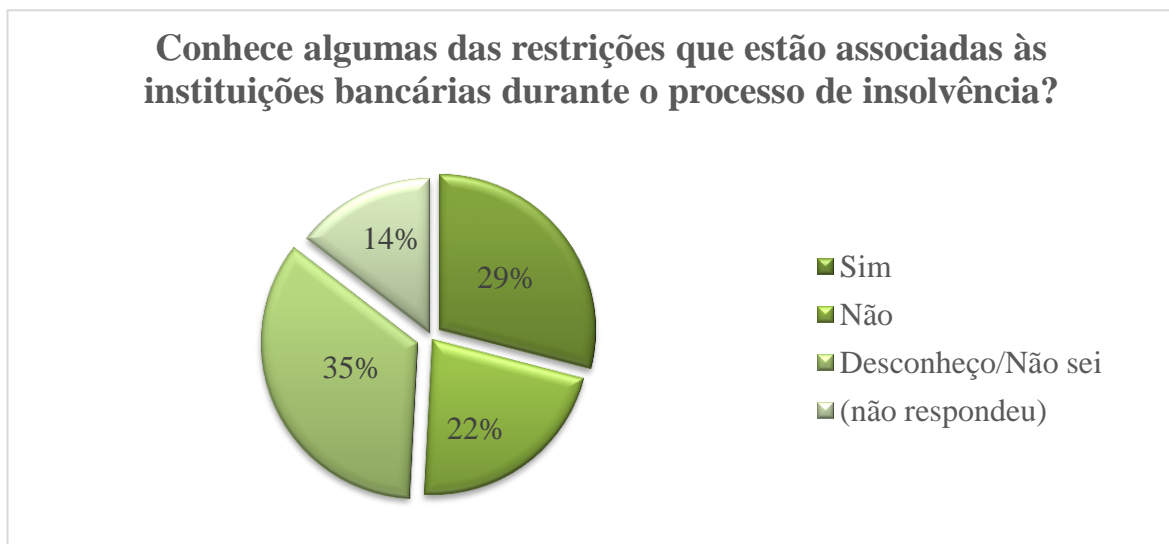


Gráfico 19 – Conhecimento de restrições bancárias a pessoas insolventes

Analisando a resposta a esta questão, pode-se concluir que apenas 29% dos inquiridos, admite conhecer algumas das restrições associadas às instituições bancárias, sendo que os restantes 71% não conhecem ou não sabem responder à questão em causa.

A próxima questão, apresentada no Gráfico 20, tem como intenção aperceção sobre a ideia que a população, aqui representada pela amostra, tem sobre o facto de as dívidas à AT não desaparecerem após o despacho final de concessão da exoneração do passivo restante, prevista no artigo 244º do CIRE.

A alínea c) do nº 2 do artigo 245º do mesmo código, é taxativo no que se refere a este assunto, pois vem referir que a exoneração não abrange os créditos tributários.

Na verdade, pensa-se que a maioria dos portugueses, não terão esta noção e os resultados deste estudo vêm reforçar essa ideia, pois como se pode verificar, no gráfico abaixo, 34% dos inquiridos desconhece a resposta a esta questão, que somados aos 15% que se abstêm de responder, obtém-se um total de 49% de indagados que não sabem que as dívidas ao estado perduram num processo deste género, representando assim quase metade da amostra. Também não se pode deixar de referir os 9% que respondem erradamente a esta pergunta.

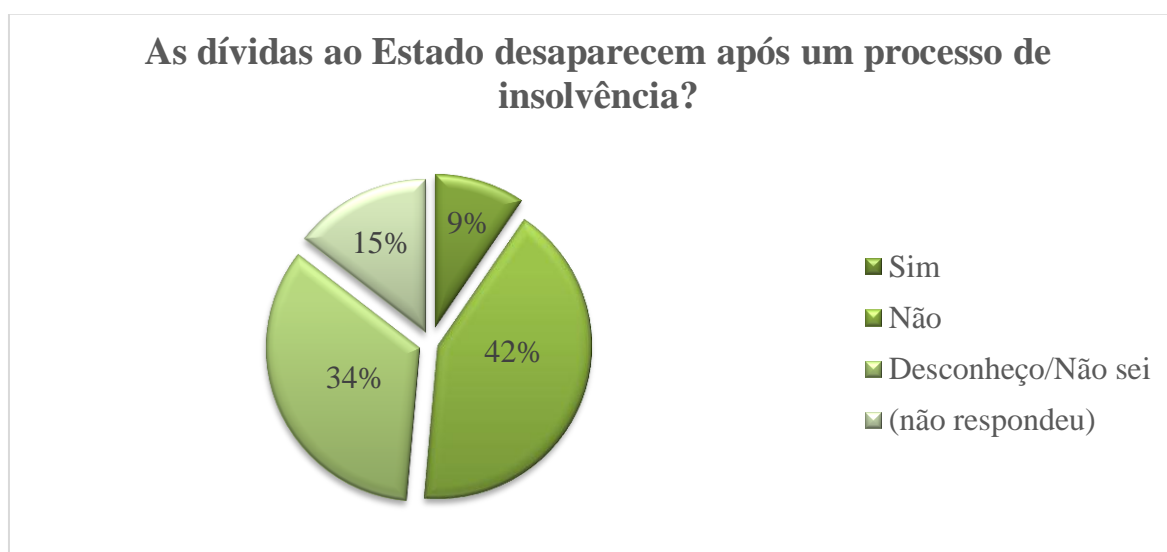


Gráfico 20 – Percepção do não desaparecimento das dívidas ao Estado após um processo de insolvência

O tema em estudo é muito abordado hoje em dia na nossa sociedade. No entanto, a informação divulgada ao nível da comunicação social não será a que realmente interessa para esclarecer todas as dúvidas existentes no seio das famílias que se encontram em dificuldades financeiras. A abordagem a este assunto faz-se sempre de forma superficial, não alertando as pessoas para as consequências negativas que daqui poderão surgir. A

título de exemplo, poderá ser mencionado o facto de as dívidas à AT não desaparecerem com a exoneração do passivo restante e de a maioria das pessoas não ter conhecimento sobre esse assunto.

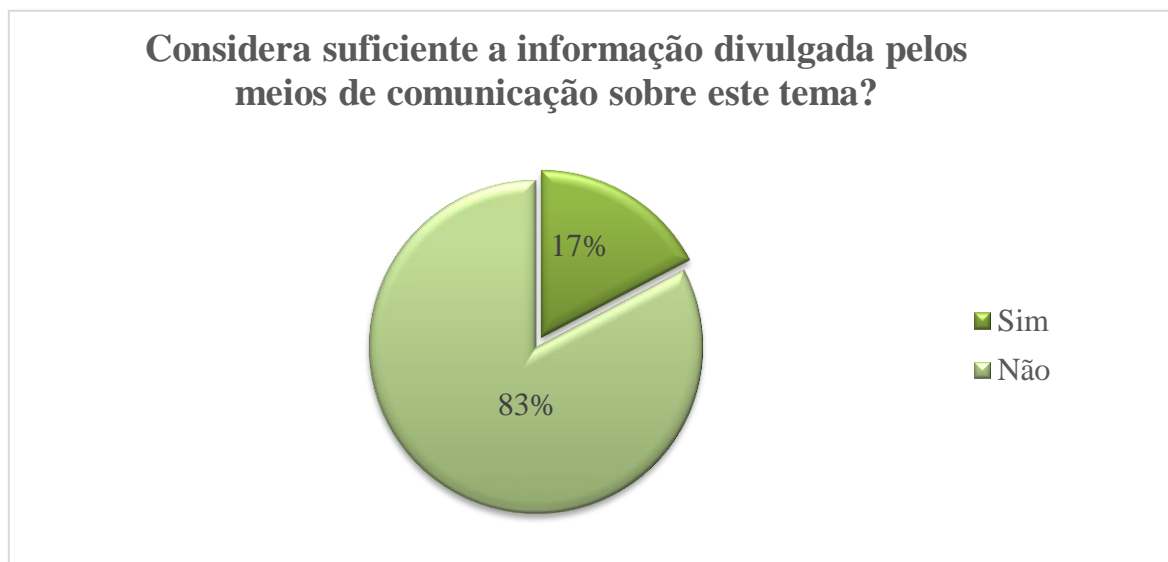


Gráfico 21 – Opinião sobre a informação divulgada pelos meios de comunicação

De acordo com os dados obtidos e apresentados no Gráfico 21 poder-se-á aferir se é suficiente a informação divulgada pelos Mídias sobre a temática em estudo, verificando-se que a maioria dos inquiridos (83%) considera insuficiente a informação divulgada, sobre o tema em questão, pelos meios de comunicação. Portanto, poder-se-á dizer que na sua globalidade os indagados reconhecem que, de algum modo, sentiram dificuldades em responder a esta análise de conhecimentos.

Em suma, após a análise destes gráficos pode concluir-se que na sua grande maioria os inquiridos não revelam ter conhecimentos sobre o tema em análise. Da observação às nove questões que evidenciam esta análise de conhecimentos, é facilmente depreendido que na sua generalidade os indagados respondem erradamente, desconhecem ou não respondem às questões colocadas, sendo que apenas umas das perguntas apresenta um resultado inferior a 50% no que se refere ao desconhecimento daquele assunto, conforme se pode constatar na Tabela 6 abaixo apresentada:

Qualquer pessoa que não consiga cumprir com as suas obrigações financeiras, está numa situação de insolvência?

76% responde erradamente, desconhece ou não responde

Numa situação de incumprimento considera ser obrigatório declarar a insolvência?

38% desconhece ou não responde

Após ser apresentada a insolvência, pode desistir do pedido?

67% desconhece ou não responde

Qualquer pessoa que peça a insolvência, única e exclusivamente para se livrar das dívidas, corre o risco de indemnizar a quem deve?

66% responde erradamente, desconhece ou não responde

Nos 5 anos posteriores à declaração de insolvência, será considerado uma pessoa não idónea?

80% responde erradamente, desconhece ou não responde

Durante esses 5 anos poderá exercer um cargo de chefia?

68% responde erradamente, desconhece ou não responde

Numa situação de insolvência o seu nome integra a "lista negra" do Banco de Portugal?

56% responde erradamente, desconhece ou não responde

Conhece algumas das restrições que estão associadas às instituições bancárias durante o processo de insolvência?

71% desconhece, não sabe ou não responde

As dívidas ao Estado desaparecem após um processo de insolvência?

58% responde erradamente, desconhece ou não responde

Tabela 6 – Resumo dos resultados obtidos nas questões de análise de conhecimentos

3.2 Análise Fatorial em Componentes Principais (AFCP)

Com o intuito de perceber se existem fatores subjacentes que condicionem as respostas, optou-se por realizar uma análise fatorial em componentes principais (AFCP).

Para o efeito consideraram-se as respostas obtidas às questões:

- Q_08 – Qualquer pessoa que não consiga cumprir com as suas obrigações financeiras, está numa situação de insolvência?
- Q_09 – Numa situação de incumprimento considera ser obrigatório declarar a insolvência?
- Q_10 – Após ser apresentada a insolvência, pode desistir do pedido?
- Q_11 – Qualquer pessoa que peça a insolvência, única e exclusivamente para se livrar das dívidas, corre o risco de indemnizar a quem deve?
- Q_12 – Nos 5 anos posteriores à declaração de insolvência, será considerado uma pessoa não idónea (sem capacidade, incompetente)?
- Q_13 – Durante esses 5 anos poderá exercer um cargo de chefia?
- Q_14 – Numa situação de insolvência o seu nome integra a “lista negra” do Banco de Portugal?
- Q_15 – Conhece algumas das restrições que estão associadas às intuições bancárias durante o processo de insolvência?
- Q_16 – As dívidas ao Estado desaparecem após um processo de insolvência?

As respostas obtidas válidas são 153, o que representa uma amostra considerável para o estudo agora proposto.

Descriptive Statistics

	Mean	Std. Deviation	Analysis N
Q_08	1,98	,739	153
Q_09	2,16	,601	153
Q_10	2,41	,799	153
Q_11	2,09	,941	153
Q_12	2,24	,809	153
Q_13	2,44	,657	153
Q_14	1,90	,954	153
Q_15	2,07	,864	153
Q_16	2,29	,656	153

Tabela 7 – Representação da média e do desvio padrão da amostra

A matriz de correlação permite ainda identificar a existência de associações significativas entre algumas das variáveis consideradas. Apesar do coeficiente de correlação de Pearson não ser muito elevado, verifica-se que este é sempre estatisticamente significativo, se considerarmos um nível de significância de 5%.

Correlation Matrix										
	Q_08	Q_09	Q_10	Q_11	Q_12	Q_13	Q_14	Q_15	Q_16	
Correlation	Q_08	1,000	,511	,226	,343	,283	,180	,221	,353	,148
	Q_09	,511	1,000	,311	,345	,272	,251	,305	,372	,264
	Q_10	,226	,311	1,000	,326	,419	,281	,307	,342	,312
	Q_11	,343	,345	,326	1,000	,369	,360	,274	,365	,266
	Q_12	,283	,272	,419	,369	1,000	,510	,364	,477	,454
	Q_13	,180	,251	,281	,360	,510	1,000	,304	,459	,347
	Q_14	,221	,305	,307	,274	,364	,304	1,000	,496	,438
	Q_15	,353	,372	,342	,365	,477	,459	,496	1,000	,431
	Q_16	,148	,264	,312	,266	,454	,347	,438	,431	1,000
Sig. (1-tailed)	Q_08		,000	,003	,000	,000	,013	,003	,000	,034
	Q_09	,000		,000	,000	,000	,001	,000	,000	,000
	Q_10	,003	,000		,000	,000	,000	,000	,000	,000
	Q_11	,000	,000	,000		,000	,000	,000	,000	,000
	Q_12	,000	,000	,000	,000		,000	,000	,000	,000
	Q_13	,013	,001	,000	,000	,000		,000	,000	,000
	Q_14	,003	,000	,000	,000	,000	,000		,000	,000
	Q_15	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000		,000
	Q_16	,034	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	

Tabela 8 – Matriz de correlação

Com o teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) pode-se verificar a adequação da amostra, que será classificada consoante os valores obtidos. Assim se os valores obtidos estiverem compreendidos entre:

- [0,5 e 0,7] – Medíocre;
- [0,7 e 0,8] – Bom;
- [0,8 e 0,9] – Ótimo;
- Acima de 0,9 – Magníficos.

A primeira fase do estudo passa por testar se a AFCP agora proposta terá validade, tendo por base as respostas obtidas. O teste de KMO ($KMO = 0,854$) é claro quanto a este propósito, constatando-se assim que as conclusões a retirar da AFCP com base na nossa amostra são válidas, pois o seu valor está próximo de 1.

Por outro lado, e reiterando a afirmação anterior, também o teste de esfericidade de Bartlett vem no mesmo sentido uma vez que à estatística de teste (368,263) está associado um nível de significância menor que 5% ($sig. = 0,000$), concluindo assim que a matriz de

correlação não é uma matriz identidade e como tal existe associação significativa entre as variáveis que permitem avançar para uma AFCP.

KMO and Bartlett's Test

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.	,854
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square
	368,263
	df
	36
	Sig.
	,000

Tabela 9 – Teste de Kaiser-Meyer-Olkin e o teste de esfericidade de Bartlett

Communalities

	Initial	Extraction
Q_08	1,000	,746
Q_09	1,000	,671
Q_10	1,000	,363
Q_11	1,000	,428
Q_12	1,000	,596
Q_13	1,000	,498
Q_14	1,000	,455
Q_15	1,000	,581
Q_16	1,000	,551

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Tabela 10 – Tabela de comunalidade

Total Variance Explained

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	3,759	41,764	41,764	3,759	41,764	41,764	2,947	32,743	32,743
2	1,131	12,564	54,328	1,131	12,564	54,328	1,943	21,585	54,328
3	,816	9,066	63,394						
4	,738	8,200	71,594						
5	,623	6,924	78,517						
6	,575	6,387	84,904						
7	,523	5,815	90,720						
8	,446	4,957	95,676						
9	,389	4,324	100,000						

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Tabela 11 – Variância explicada

É possível verificar na Tabela 11, apresentada anteriormente que as variáveis consideradas inicialmente se agrupam em duas componentes e que estas duas componentes são responsáveis por 53,3% da variância. O mesmo pode ainda ser identificado através do Gráfico 22 (Scree-Plot) que se encontra representado abaixo.

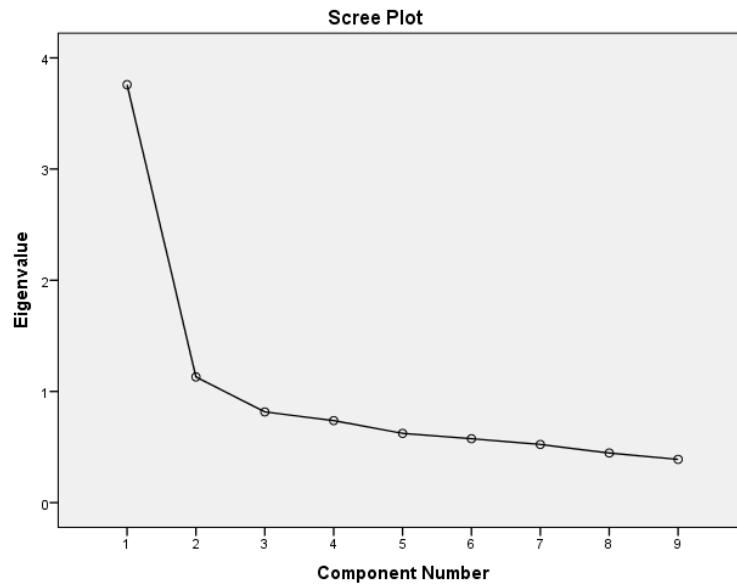


Gráfico 22 – ScreePlot

Component Matrix ^a			Rotated Component Matrix ^a		
	Component			Component	
	1	2		1	2
Q_08	,539	,675	Q_08	,073	,861
Q_09	,611	,546	Q_09	,204	,793
Q_10	,601	-,039	Q_10	,521	,302
Q_11	,622	,203	Q_11	,405	,514
Q_12	,731	-,250	Q_12	,746	,199
Q_13	,646	-,285	Q_13	,695	,122
Q_14	,645	-,199	Q_14	,646	,193
Q_15	,757	-,083	Q_15	,676	,352
Q_16	,638	-,381	Q_16	,742	,038

Extraction Method: Principal Component Analysis.
a. 2 components extracted.

Extraction Method: Principal Component Analysis.
Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.^a
a. Rotation converged in 3 iterations.

Component Transformation Matrix

Component	1	2
1	,831	,556
2	-,556	,831

Extraction Method: Principal Component Analysis.
Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

Tabela 12 – Componentes de transformação da matriz – rotação VARIMAX

Da análise da matriz de componentes, após uma rotação VARIMAX, é possível identificar quais as variáveis que se encontram associadas a cada uma das componentes, a saber:

❖ Componente 1:

- Q_10 – Após ser apresentada a insolvência, pode desistir do pedido?
- Q_12 – Nos 5 anos posteriores à declaração de insolvência, será considerado uma pessoa não idónea (sem capacidade, incompetente)?
- Q_13 – Durante esses 5 anos poderá exercer um cargo de chefia?

- Q_14 – Numa situação de insolvência o seu nome integra a “lista negra” do Banco de Portugal?
- Q_15 – Conhece algumas das restrições que estão associadas às intuições bancárias durante o processo de insolvência?
- Q_16 – As dívidas ao Estado desaparecem após um processo de insolvência?

❖ Componente 2:

- Q_08 – Qualquer pessoa que não consiga cumprir com as suas obrigações financeiras, está numa situação de insolvência?
- Q_09 – Numa situação de incumprimento considera ser obrigatório declarar a insolvência?
- Q_11 – Qualquer pessoa que peça a insolvência, única e exclusivamente para se livrar das dívidas, corre o risco de indemnizar a quem deve?

A forma espacial como estas variáveis se organizam e associam relativamente às respetivas componentes está representada no Gráfico 23 – Representação das variáveis no espaço, apresentado abaixo.

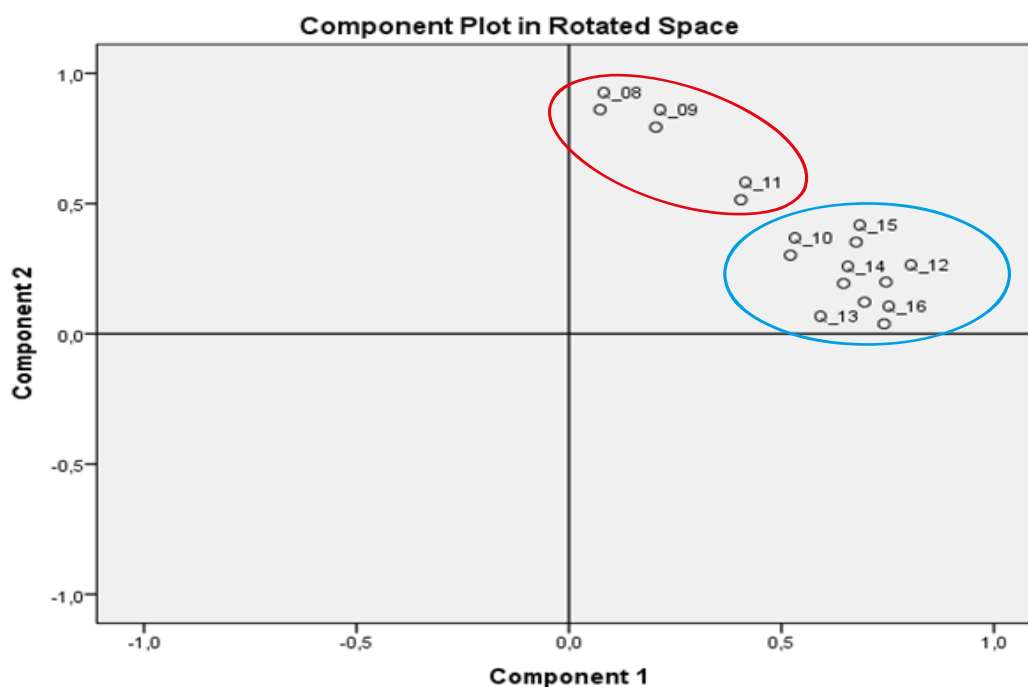


Gráfico 23 – Representação das variáveis no espaço

Parte IV – Análise aos Efeitos Socioeconómicos da Declaração de Insolvência

O processo de insolvência pode ser encarado em duas fases:

- A fase antes da declaração de insolvência que se inicia com o pedido, podendo a insolvência ser requerida³⁶ ou resultar de apresentação³⁷;
- A fase pós declaração de insolvência que se inicia com a sentença da declaração de insolvente.

Tanto a primeira fase como a segunda são dolorosas para qualquer família, pois o processo de insolvência é uma situação muito difícil para qualquer cidadão, uma vez que tem sempre por base as dificuldades financeiras que advém do endividamento e das perdas do rendimento familiar.

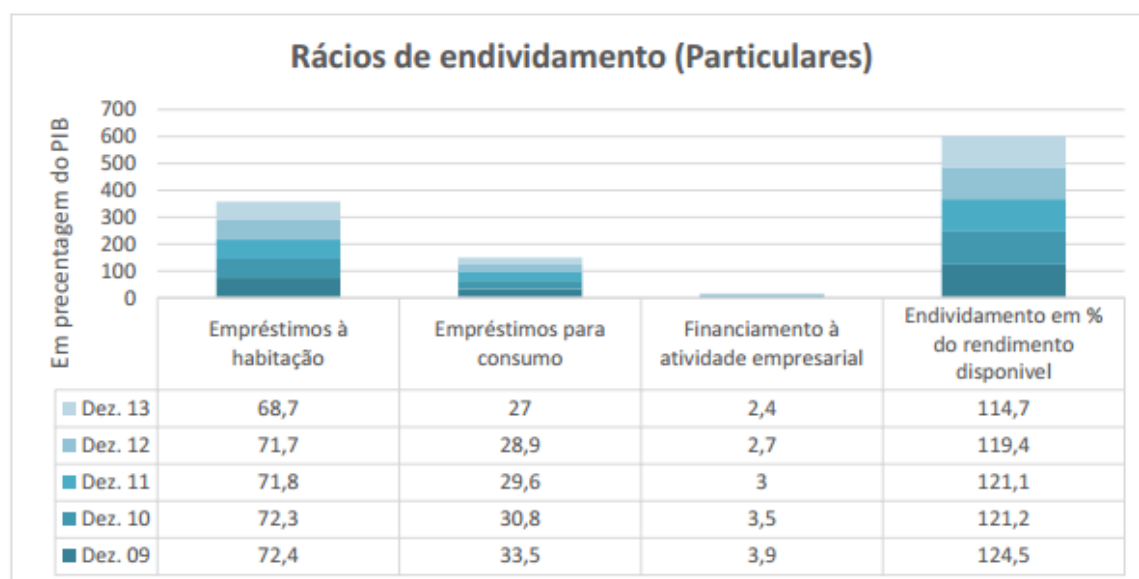
As famílias portuguesas apresentam perdas acentuadas de rendimento que podem ter sido derivadas de vários fatores, entre os quais podemos nomear:

- As taxas de desemprego;
- A taxa de inflação;
- As taxas de Juros;
- O consumismo exagerado;
- Os divórcios;
- As doenças;
- Entre outros.

Estas perdas acentuadas de rendimento gera as dificuldades financeiras, que acabam por fazer com que se recorra ao crédito. No entanto, o recurso a esta saída, que até há pouco tempo era visto como um ato normal pelos portugueses, fazendo parte do seu quotidiano e derivado do fácil acesso ao mesmo, trouxe consequências inevitáveis, como o aumento dos riscos de incumprimento e a sua efetivação, impossibilitando as famílias de honrar os seus compromissos.

³⁶ A insolvência diz-se requerida quando o pedido for formulado por terceiros.

³⁷ A insolvência resulta de apresentação se o pedido for formulado por apresentação.

**Gráfico 24** – Rácios de endividamento de particulares**Fonte:** Banco de Portugal³⁸

Ao analisar os dados do Gráfico 24, apresentado acima, verifica-se que nos financiamentos a particulares, a maior percentagem provém dos empréstimos à habitação, ficando em segundo lugar os empréstimos ao consumo. Tendo em conta que uma grande parte dos créditos das pessoas singulares estão representados pelo crédito à habitação, a Lei nº 58/2012³⁹, de 9 de novembro, veio criar um regime especial de proteção para os devedores com crédito à habitação e em situação económica difícil.

Quando ocorre um processo de insolvência pessoal no seio de uma família, as consequências que daí advêm podem ter repercussões substanciais, sendo necessário saber gerir as mesmas da melhor forma.

Um dos efeitos mais relevantes e que afeta psicologicamente qualquer indivíduo, será a perda dos poderes de administração e disposição dos seus bens penhoráveis. A entrega da habitação ao banco deve ser dos momentos mais marcantes para qualquer família.

Assim, e como já foi referido diversas vezes, o critério geral e universal da caracterização da situação de insolvência, tem por base a impossibilidade de o devedor cumprir pontualmente as suas obrigações.

³⁸ Banco de Portugal – Rácios de endividamento – Boletim Estatístico

³⁹ Lei nº 58/2012, de 9 de novembro – Diário da República, 1ª série - Nº 217.

Nesta linha de pensamento, Labareda (2014) defende que:

“o que verdadeiramente releva para a insolvência é a insusceptibilidade de satisfazer obrigações que, pelo seu significado no conjunto do passivo do devedor, ou pelas próprias circunstâncias do incumprimento, evidenciam a impotência, para o obrigado, de continuar a satisfazer a generalidade dos seus compromissos, podendo, aliás, suceder que a não satisfação de um pequeno número de obrigações ou até de uma única índice, só por si, a penúria do devedor, característica da sua insolvência, do mesmo modo que o facto de continuar a honrar um número quantitativamente significativo pode não ser suficiente para fundar saúde financeira bastante ”.

No entanto, ainda com base nos dados do gráfico anterior, verifica-se que o endividamento em percentagem de rendimento disponível é bastante inquietante, apesar de se verificar um decréscimo de 2009 para 2013, nas percentagens deste endividamento para as pessoas singulares.

As percentagens apresentadas são de 124% em dezembro de 2009 e de 114% em dezembro de 2013. Tendo em conta a Lei nº 58/2012, de 9 de novembro, considera-se em situação económica difícil, todo o agregado familiar com dependentes, em que a taxa de esforço seja igual ou superior a 45% do rendimento anual bruto, e nos casos em que o agregado familiar não possui dependentes, uma taxa de esforço igual ou superior a 50% do rendimento anual bruto, pode-se concluir que o sobre-endividamento é uma das principais causas das situações de insolvência das famílias.

Contudo, as mesmas estatísticas mostram que do total de endividamento das pessoas singulares 68,7% (em 2013), correspondem ao crédito habitação. Isto resulta da incapacidade de previsão e avaliação dos riscos inerentes à acumulação de créditos, surgindo como consequência imediata o sobre-endividamento e como consequência a curto ou médio prazo a insolvência.

A análise anterior, poderá justificar os números de insolvências verificadas nos últimos sete anos. O Gráfico 25 apresentado abaixo mostra como as declarações de insolvência das pessoas singulares tem vindo a aumentar significativamente.

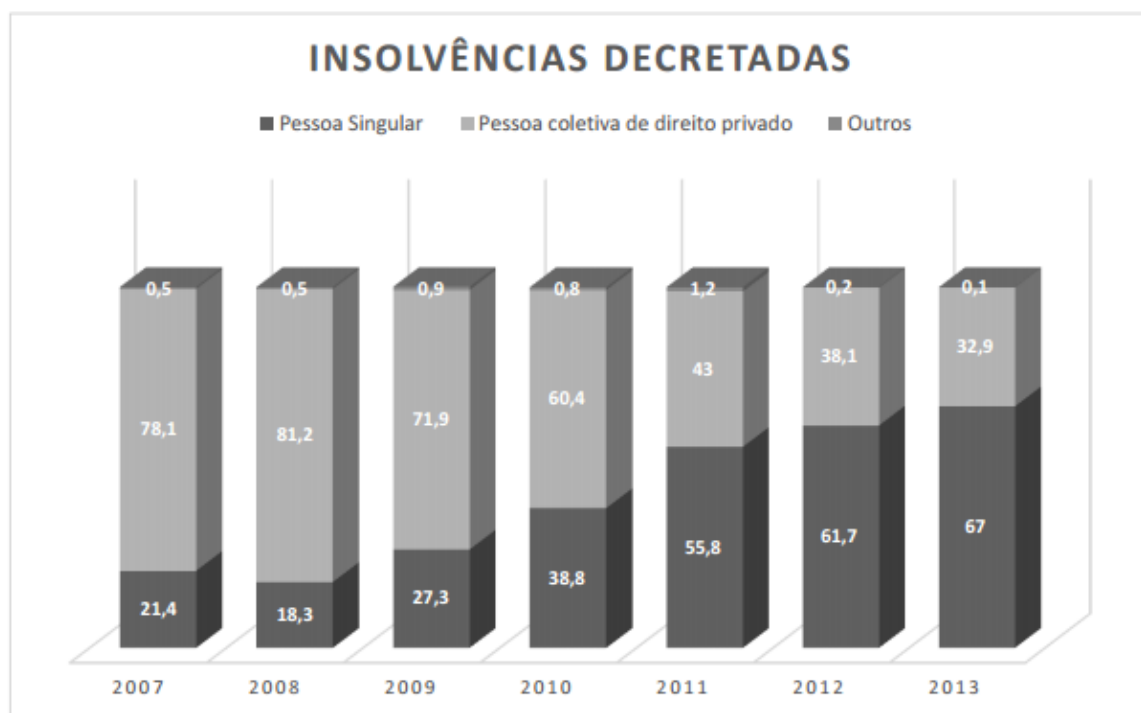


Gráfico 25 – Tipo de pessoas envolvidas nas insolvências decretadas nos tribunais de 1ª instância, 3º trimestre

Fonte: Direção Geral da Política da Justiça

Aqui encontram-se representados os tipos de pessoas envolvidas nos processos de insolvência, cuja declaração foi decretada nos tribunais de 1ª instância. Conforme se pode verificar no ano de 2007, os sujeitos passivos da declaração de insolvência, eram essencialmente as pessoas coletivas de direito privado, com um registo de 78,1% do total das insolvências, existindo apenas uma percentagem muito pequena de insolvências de pessoas singulares.

No entanto, olhando para os dados de 2013, verifica-se uma inversão dessa tendência, uma vez que o número de declarações de insolvência das pessoas singulares aumentou para o triplo diminuindo as insolvências declaradas por pessoas coletivas de direito privado.

Para que se possa ver a realidade do que acontece a uma família após a declaração da insolvência, decidiu-se colocar um caso real.

Mária Amália dos Santos é um dos muitos exemplos do que acontece em Portugal. Após ser declarada insolvente, com a exoneração do passivo restante, foi-lhe atribuído apenas um rendimento estritamente necessário para o seu sustento e do seu agregado família, sendo este o equivalente a um salário mínimo nacional, em vigor.

Não se conformando com tal decisão, uma vez que tem dois dependentes ao seu encargo, recorreu ao Tribunal da Relação do Porto, por forma a conseguir que lhe fosse atribuído um montante superior ao estipulado inicialmente.

Após decisão deste Tribunal, foi decretado que o montante atribuído a esta família, fosse revisto para um valor mensal de dois salários mínimos nacionais, tendo este procedido às seguintes considerações:

“Sumário do Acórdão (artigo nº 663º nº 7 do CPC):

II - No instituto da exoneração do passivo restante está em causa determinar o rendimento estritamente necessário para o sustento do devedor e do seu agregado familiar, o que deverá ser feito casuisticamente, tendo como limite mínimo o valor do salário mínimo nacional e como limite máximo o triplo do salário mínimo nacional.

II – Não tem qualquer apoio legal a consideração de que o rendimento estritamente necessário para o sustento do devedor e do seu agregado familiar deva corresponder às despesas por ele suportadas.

III - A situação de insolvência tem como primeira consequência a impossibilidade de manutenção do anterior nível de vida do devedor, num sentido de responsabilização do mesmo perante os credores.

DECISÃO:

Pelo exposto, decide-se julgar procedente (parcialmente) a apelação, alterando-se a decisão recorrida e fixando-se à recorrente, como rendimento indisponível, o valor equivalente a 2 SMN (atualmente de € 890,00).”.

Assim, demonstra-se que esta família não conseguirá fazer face às suas despesas mensais, dado que só a renda da habitação ronda os 500€ por mês, sobrando apenas 390€ para fazer face às restantes despesas correntes do seu agregado familiar.

Esta é a realidade imposta às famílias insolventes.

Parte V – Limitações do Trabalho e Pistas de Desenvolvimento Futuro

Antes do mais, importa salientar que o tempo disponível para efetuar este trabalho obrigou a limitar o estudo a um nicho específico do tema das insolvências, abordando-se principalmente o essencial para a análise efetuada.

A falta de experiência da autora, que pela primeira vez tentou uma aplicação prática dos conceitos teóricos adquiridos ao longo da licenciatura e do mestrado tornaram o trabalho mais demorado, porque exigiram um maior investimento na preparação.

Espera-se que esta dissertação possa constituir uma referência, embora elementar, para futuros desenvolvimentos da insolvência em outras entidades.

Do ponto de vista académico, este trabalho poderá vir a conhecer novos desenvolvimentos, uma vez que se poderia aprofundar o estudo e alargá-lo a outras realidades.

Como sugestão a pesquisas futuras deixa-se a proposta de uma análise aos divórcios como consequência dos processos de insolvência, ou até mesmo como um dos fatores que poderá provocar a apresentação de muitas pessoas à insolvência. Uma vez que a divisão do agregado familiar, leva à diminuição do rendimento na família e por consequência ao aumento das dificuldades financeiras.

Conclusão

Finalizado o corpo do trabalho e apresentados os resultados da investigação efetuada, é pertinente compilar as principais conclusões, e tirar uma fotografia geral dos fundamentos apresentados na elaboração da dissertação.

Este estudo teve por base apurar e revelar algumas das consequências de um processo de insolvência, assim como o efeito jurídico que essa insolvência produz nas pessoas singulares e respetivo agregado familiar, nunca esquecendo o que se encontra previsto na lei, nomeadamente no CIRE.

No decurso deste trabalho transmitiu-se o significado de se estar numa situação de insolvência, deslindando os termos que se podem utilizar e as diferentes conceções jurídicas adotadas ao longo dos tempos, consistindo o conceito na impossibilidade de se cumprir com as obrigações vencidas.

Antes de mais, importa referir algumas das críticas ao CIRE que foram transmitidas neste estudo, tendo por base determinadas ideias referenciadas pelos diversos autores consultados.

No que se refere aos Credores e Devedores, este código sacrifica os credores em prol da recuperação dos devedores, contrariando o espírito referido no mesmo, cuja preocupação se deveria centrar no ressarcimento dos credores. No entanto, contraria o princípio da igualdade entre os credores, quando estabelece que as dívidas fiscais não são perdoadas através do processo de insolvência.

Isto é contraditório, uma vez que o CIRE coloca o poder supremo de decisão nos credores, ficando o Estado em pé de igualdade com os demais, cabendo à Assembleia de credores, enquanto órgão máximo de decisão do processo de insolvência, deliberar o perdão ou redução do valor dos créditos sobre o insolvente.

No que se refere ao Processo Especial de Revitalização, este pode ser utilizado pelo devedor em situação económica difícil ou em insolvência meramente iminente, desde que ainda seja suscetível de recuperação. No entanto, reside aqui uma grande falha, pois o devedor pode ultrapassar esta situação, apenas com uma declaração atestando que reúne

todas as condições necessárias para a sua recuperação, não estando prevista na lei, nenhuma sanção processual para o caso de se verificar que esta declaração é falsa.

Já no que se refere ao Pagamento das Custas, segundo o regulamento das Custas Processuais a taxa de justiça está compreendida nas custas do processo. No entanto, o artigo 304º do CIRE, refere que as custas processuais são um encargo da massa insolvente.

Através do conhecimento adquirido no processo de recolha e análise de dados, e posteriormente no enquadramento dos resultados obtidos, é de notar que a população inquirida, numa visão geral, não tem conhecimentos sobre o tema em estudo.

Verifica-se que o facto de quase 50% dos inquiridos terem uma formação de nível superior pouco ou nada revela no aumento dos conhecimentos sobre o tema.

Isto poderá indicar que as conclusões que se retiram deste questionário não foram afetadas pela formação dos indivíduos inquiridos, ou seja, o facto de uns terem mais formação do que outros não demonstrou o aumento ou diminuição das dificuldades nas respostas às questões efetuadas.

A falta de conhecimento relativamente ao processo de insolvência e das suas implicações deriva, da procura de informação orientada para as necessidades atuais, e não numa perspetiva de futuro, ou na abertura de opções alternativas.

Em suma, após a análise de conhecimentos efetuada pode concluir-se que na sua grande maioria os inquiridos não revelam ter conhecimentos sobre o tema em análise. Da observação às nove questões que evidenciam a análise de conhecimentos, é facilmente depreendido que na sua generalidade os indagados respondem erradamente, desconhecem ou não respondem às questões colocadas, sendo que apenas umas das perguntas apresenta um resultado inferior a 50% no que se refere ao desconhecimento do assunto em causa.

Assim, expõe-se como um dos contributos deste estudo a exigência de formação qualificada, por parte das instituições que funcionam como condutores de conhecimento, de modo a transmitir as ferramentas e mecanismos legais que constituem opções de salvaguarda perante cenários menos favoráveis, que podem ocorrer, e para os quais se deve estar consciente e preparado.

De notar, que na abordagem ao conceito de gestão financeira, o processo de insolvência decorre da incapacidade de se cumprir as responsabilidades assumidas. As causas que

levam a atingir uma situação desta natureza podem ser da mais variada espécie, entre as quais por condicionantes controláveis, e outras não controláveis.

As perdas acentuadas de rendimento geram dificuldades financeiras empurrando as famílias para o crédito e trazendo consequências inevitáveis, como o aumento dos riscos de incumprimento e a sua efetivação, impossibilitando as famílias de honrar os seus compromissos.

Um dos efeitos mais relevantes para qualquer indivíduo será a perda dos poderes de administração dos seus bens penhoráveis, passando a ser visto pela sociedade como uma pessoa não idónea.

No entanto, importa deixar claro que uma das principais consequências será a impossibilidade de se poder manter o mesmo nível de vida, no sentido de se responsabilizar o devedor perante o credor. A pessoa insolvente terá de viver durante cinco anos, apenas com o que será considerado pelo tribunal, como o suficiente para a sua subsistência e do seu agregado familiar, não sendo, de todo, esta realidade de conhecimento geral.

Num âmbito mais amplo, tendo em conta uma futura investigação neste campo científico, deixa-se o caminho aberto para uma análise aos divórcios como consequência dos processos de insolvência ou até mesmo como um dos fatores que poderá provocar a apresentação de muitas pessoas à mesma.

Referências Bibliográficas

- Agência Lusa. (20 de outubro de 2014). *Economia portuguesa terá crescido 0,3% no terceiro trimestre*. Obtido em 21 de outubro de 2014, de Económico - Economia/Política: http://economico.sapo.pt/noticias/economia-portuguesa-ter-a-crescido-03-no-terceiro-trimestre_204143.html
- AR, A. d. (2005). *Constituição da República Portuguesa - VII Revisão Constitucional (2005)*. Obtido de Assembleia da República: <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf>
- Banco, P. (outubro de 2014). *Boletim Estatístico*. Obtido em 7 de outubro de 2014, de Banco de Portugal - Publicações: <http://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/BolEstatistico/Publicacoes/BEOut14.pdf>
- Banco, P. (abril de 2014). *Boletim Estatístico - Rácios de Endividamento*. Obtido em 3 de maio de 2014, de Banco de Portugal: <https://www.bportugal.pt/ptPT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/BolEstatistico/Publicacoes/BEAbr14.pdf>
- Banco, P. (2014). *Cadernos do Banco de Portugal 5*. Obtido em 10 de outubro de 2014, de Banco de Portugal - Publicações: <http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/CadernosdoBanco/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Central%20de%20Responsabilidades%20de%20Cr%C3%A9dito.pdf>
- Banco, P. (fevereiro de 2014). *Cadernos do Banco de Portugal 9*. Obtido em 9 de outubro de 2014, de Banco de Portugal - Publicações: <http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/CadernosdoBanco/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Abertura%20e%20Movimenta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Contas%20de%20Dep%C3%B3sitos.pdf>
- Decreto-Lei nº 398/98, de 17 de dezembro, que aprova a Lei Geral Tributária (LGT). (1998). *Diário da República, 1ª série A - Nº 290*. Ministério das Finanças.
- Decreto-Lei nº 400/82, de 23 de setembro, que aprova o Código Penal. (1982). *Diário da República, Suplemento, 1ª série - Nº 221*. Ministério da Justiça.
- Decreto-Lei nº 433/99, de 26 de outubro, que aprova o Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT). (1999). *Diário da República, 1ª série A - Nº 250*. Ministério das Finanças.
- Decreto-Lei nº 47344, de 25 de novembro de 1966, que aprova o Código Civil e regula a sua aplicação. (1966). *Diário do Governo, 1ª série - Nº 274*. Ministério da Justiça.
- Decreto-Lei nº 53/2004, de 18 de março, que aprova o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas. (2004). *Diário da República, 1ª série A - Nº 66*. Ministério da Justiça.

- Fonseca, M. d. (2011). *Dissertação de Mestrado em Direito das Empresas - "A Insolvência e as Pessoas Singulares"*. Repositório do ISCTE.
- Gonçalves, J. R. (2013). *Plano de Pagamento Judicial para Pessoas Singulares*. Obtido em 2 de outubro de 2014, de José Ribeiro Gonçalves - Home Page: <http://www.joseribeirogoncalves.com/page/Plano-Pagamento-Judicial-sing/9>
- Hermano Carmo, M. M. (1998). *Metodologia da Investigação - Guia para Auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Labareda, J. (2014). Reflexões acerca do regime extraordinário de proteção de devedores de crédito à habitação em situação económica muito difícil. *II Congresso de Direito da Insolvência*. Coimbra: Almedina.
- Lei n.º 41/2013, de 26 de junho, que aprova o Código de Processo Civil (Novo). (2013). *Diário da República, 1ª série - Nº 121*. Assembleia da República.
- Lei nº 16/2012, de 20 de abril, que altera o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas. (2012). *Diário da República, 1ª série - Nº 79*. Assembleia da República.
- Lei nº 58/2012, de 9 de novembro, que cria um regime extraordinário de proteção de devedores de crédito à habitação em situação económica muito difícil. (2012). *Diário da República, 1ª série - Nº 217*. Assembleia da República.
- Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2014. (2013). *Diário da República, 1ª série - Nº 253*. Assembleia da República.
- Leitão, L. M. (2013). *Direito da Insolvência - 5ª Edição*. Edições Almedina.
- Martins, L. M. (5 de abril de 2010a). *Perdão e Redução das Dívidas ao Estado*. Obtido em 17 de setembro de 2014, de Insolvência - Artigos: <http://www.insolvencia.pt/artigos/1956-perdao-e-reducao-de-dividas-fiscais-e-seguranca-social-no-plano-de-insolvencia.html>
- Martins, L. M. (2010b). *Processo de Insolvência - 2ª Edição*. Edições Almedina, S.A.
- Martins, L. M. (2011). *Recuperação de Pessoas Singulares - Volume I*. Edições Almedina, S.A.
- Martins, L. M. (23 de maio de 2012a). *O processo especial de revitalização aplica-se a pessoas singulares?* Obtido em 15 de setembro de 2014, de Insolvência - Artigos: <http://www.insolvencia.pt/artigos/6857-o-processo-especial-de-revitalizacao-aplica-se-a-pessoas-singulares.html>
- Martins, L. M. (9 de março de 2012b). *Porque razão as pessoas e famílias pedem insolvência?* Obtido em 23 de setembro de 2014, de Insolvência - Artigos: <http://www.insolvencia.pt/artigos/6680-porque-razao-as-pessoas-e-familias-pedem-insolvencia.html>
- Martins, L. M. (16 de janeiro de 2013). *Pessoas singulares que recorrem à insolvência pagam custas?* Obtido em 20 de setembro de 2014, de Insolvência - Artigos:

<http://www.insolvencia.pt/artigos/6927-pessoas-singulares-que-recorrem-a-insolvencia-pagam-custas.html>

PORDATA. (20 de agosto de 2014). *População Ativa*. Obtido em 7 de outubro de 2014, de PORDATA - Base de Dados Portugal Contemporâneo: [http://www.pordata.pt/Portugal/Populacao+activa+total+e+por+nivel+de+escolaridade+completo+\(R\)-1008](http://www.pordata.pt/Portugal/Populacao+activa+total+e+por+nivel+de+escolaridade+completo+(R)-1008)

PORDATA. (20 de agosto de 2014). *População Desempregada*. Obtido em 5 de outubro de 2014, de PORDATA - Base de Dados Portugal Contemporâneo: [http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+\(percentagem\)+\(R\)-550](http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+(percentagem)+(R)-550)

Porto Editora. (s.d.). *Dicionários Porto Editora*. Obtido em 3 de outubro de 2014, de Infopédia: <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/id%C3%B3neo>

Portugal 2015 para a OCDE: taxa de desemprego de 14,7%. Portugal 2014 para o Governo: 14,2%. (3 de setembro de 2014). Obtido em 21 de outubro de 2014, de Expresso - Economia: <http://expresso.sapo.pt/portugal-2015-para-a-ocde-taxa-de-desemprego-de-147-portugal-2014-para-o-governo-142=f888138>

Processo Especial de Revitalização (PER) - Guia Rápido. (2012).

Serra, C. (2005). *O Novo Regime Português da Insolvência - Uma Introdução - 2ª Edição*. Almedina.

Serra, C. (2013). *I Congresso de Direito da Insolvência*. Almedina.

Tribunal da Relação do Porto. (16 de setembro de 2014). *Acórdão do Tribunal da Relação do Porto*. Obtido em 10 de outubro de 2014, de Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça I.P.: <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/4a116354a174373180257d77005463d2?OpenDocument>

Anexos

Anexo 1 – Questionário da Parte Prática

QUESTIONÁRIO

O presente questionário foi elaborado no âmbito da Dissertação em Auditoria e Análise Financeira e destina-se a analisar os conhecimentos do público em geral sobre as consequências de uma Insolvência Pessoal. Por favor responda com sinceridade, pois não existe respostas corretas ou incorretas e a sua opinião é fundamental.

Dados Pessoais

1 Género

- 1.1 Feminino
1.2 Masculino

☐
☐

2 Idade

- 2.1 menor que 30 anos
2.2 entre 30 e 65 anos
2.3 superior a 65 anos

☐
☐
☐

3 Formação académica

- 3.1 Até ao 12º ano
3.2 Ensino Superior

☐
☐

4 Situação Profissional

- 4.1 Trabalhador por conta própria
4.2 Trabalhador por conta de outrem
4.3 Desempregado
4.4 Outros

☐
☐
☐
☐

Análise ao seu conhecimento

1 Na sua opinião qual é o fator que mais contribui para o endividamento das famílias?

- 1.1 O crédito habitação
1.2 O crédito ao consumo
1.3 Outro Qual? _____

☐
☐
☐

2 É do seu conhecimento o termo Insolvência?

- 2.1 Sim
2.2 Não

☐
☐

Caso tenha respondido "não" à pergunta anterior passe a questão 17

3 Tem ideia do que está por trás de um processo Insolvência?

- 3.1 Sim
3.2 Não

☐
☐

4 Caso estivesse numa situação de dificuldade financeira, o processo de Insolvência seria uma opção?

- 4.1 Sim
4.2 Não
4.3 Talvez/Não sei

☐
☐
☐

5 Encontra-se em situação de Insolvência?

- 5.1 Sim
5.2 Não

☐
☐

6 Conhece alguém que se encontre em processo de Insolvência?

- 6.1 Sim
6.2 Não

☐
☐

7.1	Sim	<input type="checkbox"/>
7.2	Não	<input type="checkbox"/>
8	Qualquer pessoa que não consiga cumprir com as suas obrigações financeiras, está numa situação de Insolvência?	
8.1	Sim	<input type="checkbox"/>
8.2	Não	<input type="checkbox"/>
8.3	Desconheço/Não sei	<input type="checkbox"/>
9	Numa situação de incumprimento considera ser obrigatório declarar a Insolvência?	
9.1	Sim	<input type="checkbox"/>
9.2	Não	<input type="checkbox"/>
9.3	Desconheço/Não sei	<input type="checkbox"/>
10	Após ser apresentada a Insolvência, pode desistir do pedido?	
10.1	Sim	<input type="checkbox"/>
10.2	Não	<input type="checkbox"/>
10.3	Desconheço/Não sei	<input type="checkbox"/>
11	Qualquer pessoa que peça a Insolvência, única e exclusivamente para se livrar das dívidas, corre o risco de indemnizar a quem deve?	
11.1	Sim	<input type="checkbox"/>
11.2	Não	<input type="checkbox"/>
11.3	Desconheço/Não sei	<input type="checkbox"/>
12	Nos 5 anos posteriores à Declaração de Insolvência, será considerado uma pessoa não idónea (sem capacidade, incompetente)?	
12.1	Sim	<input type="checkbox"/>
12.2	Não	<input type="checkbox"/>
12.3	Desconheço/Não sei	<input type="checkbox"/>
13	Durante esses 5 anos poderá exercer um cargo de chefia?	
13.1	Sim	<input type="checkbox"/>
13.2	Não	<input type="checkbox"/>
13.3	Desconheço/Não sei	<input type="checkbox"/>
14	Numa situação de Insolvência o seu nome integra a lista negra do Banco de Portugal?	
14.1	Sim	<input type="checkbox"/>
14.2	Não	<input type="checkbox"/>
14.3	Desconheço/Não sei	<input type="checkbox"/>
15	Conhece algumas das restrições que estão associadas às Instituições Bancárias durante o Processo de Insolvência?	
15.1	Sim	<input type="checkbox"/>
15.2	Não	<input type="checkbox"/>
15.3	Desconheço/Não sei	<input type="checkbox"/>
16	As dívidas ao Estado desaparecem após um Processo de Insolvência?	
16.1	Sim	<input type="checkbox"/>
16.2	Não	<input type="checkbox"/>
16.3	Desconheço/Não sei	<input type="checkbox"/>
17	Considera suficiente a informação divulgada sobre este tema?	
17.1	Sim	<input type="checkbox"/>
17.2	Não	<input type="checkbox"/>

Terminou o preenchimento deste questionário obrigada pela sua colaboração